

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE HISTÓRIA

**SILMARA COSTA PINTO**



**ESPAÇOS DE PATRIMÔNIO: patrimonialização nos projetos e jornais “O Imparcial” e “O Estado do Maranhão” no final do século XX em São Luís – MA.**

São Luís - MA

2018

**SILMARA COSTA PINTO**

**ESPAÇOS DE PATRIMÔNIO: patrimonialização nos projetos e jornais “O Imparcial” e “O Estado do Maranhão” no final do século XX em São Luís – MA.**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção o grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof.<sup>a</sup>. Dr. Júlia Constança Pereira Camêlo.

São Luís - MA

2018

Pinto, Silmara Costa.

Espaços de patrimônio: patrimonialização nos projetos e jornais “O Imparcial” e “O Estado do Maranhão” no final do século XX em São Luís – MA/ Silmara Costa Pinto. – São Luís, 2018.

63 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo

1. Centro Histórico 2. Patrimonialização. 3. Restauração. I. Título

CDU: 72.025.3/4:070(812.1)

**SILMARA COSTA PINTO**

**ESPAÇOS DE PATRIMÔNIO: patrimonialização nos projetos e jornais “O Imparcial” e “O Estado do Maranhão” no final do século XX em São Luís-MA.**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof.<sup>a</sup>. Dr. Júlia Constança Pereira Camêlo.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr. Júlia Constança Pereira Camêlo.**

(Orientador – UFMA)

---

**Prof. Msc.**

(1º Examinador)

---

**Prof. Msc.**

(2º Examinador)

À minha família e amigos por nunca deixarem eu perder minhas esperanças e sempre ensinarem o caminho da vitória.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus e a minha família, em especial aos meus pais José de Jesus Novaes Pinto e Maria da Conceição Costa Pinto, que me criaram e são responsáveis pela pessoa que eu sou hoje, sempre acreditando e apoiando minhas escolhas, e aos demais familiares pelo amor e carinho que tiveram comigo.

Agradeço também a professora doutora Júlia Constança Pereira Camêlo pelos ensinamentos em sala de aula que acabaram motivar a escolha da pesquisa, pelos seus conselhos, e pela grande ajuda que a mesma proferiu a mim, sendo sempre muito dedicada. Agradeço aos mestres de sala de aula, que formaram a profissional que sou hoje.

Agradeço as minhas irmãs Samara Costa Pinto e Ana Teresa Costa Pinto que sempre apoiaram as minhas escolhas e que sempre acreditaram em mim, agradeço ao meu cunhado Alfissan Moura dos Santos por apoio e por contribuir com importantes discussões.

E por final agradeço meus amigos da graduação, que estiveram comigo nos bons e maus momentos, sempre me apoiando. Especialmente Karina Raylene dos Santos Ribeiro, Daniel Silva Lindoso, Sthéfane Batista Vieira, Lucas Bastos Matos e Ingrid Silva.

## RESUMO

Este trabalho busca compreender como ocorreu o processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Luís, ou seja, a ação estatal que resultou em restauração e investimentos para fins econômicos e de reconhecimento histórico. Através dos discursos dos jornais da época. Analisa-se ainda o Programa de Preservação e Restauração do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL) e as práticas de preservação patrimonial adotadas pelo Estado, práticas essas que foram oriundas de discursos preservacionistas de alguns intelectuais da época, a exemplo de Antônio Lopes. Porém as práticas preservacionistas estavam pautadas também em questões políticas e econômicas, as obras de restauração visavam um crescimento do setor turístico, o Estado acreditava no seu acervo arquitetônico colonial e em sua diversidade cultural, como forma de atrair esses turistas.

**Palavras-chaves:** Centro Histórico. Patrimonialização. Restauração.

## **ABSTRACT**

This work seeks to understand how the process of patrimonialization of the Historic Center of São Luís happened through the discourses of the newspapers of the time. It also analyzes the Preservation and Restoration Program of the Historic Center of São Luís (PPRCHSL) and the patrimonial preservation practices adopted by the State, which came from preservationist discourses of some intellectuals of the period, such as Antonio Lopes. However, preservation practices were also based on political and economic issues, restoration works aimed at a growth of the tourism sector, the state believed in its colonial architectural heritage and cultural diversity as a way to attract these tourists.

**Keywords:** Historical Center. Patrimonialization. Restoration.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b>	Casarões da Rua Portugal em 1908.....	20
<b>Figura 02</b>	Mapa do centro histórico de São Luís, correspondente às delimitações das áreas protegidas.....	25
<b>Figura 03</b>	Casarão abandonado da rua da estrela.....	28
<b>Figura 04</b>	Feira da Praia Grande.....	36
<b>Figura 05</b>	Passagem de um bloco pelas ruas do centro histórico.....	37
<b>Figura 06</b>	Festa dos miolos de bumba boi no centro histórico de São Luís.....	39
<b>Figura 07</b>	Tambor de Crioula no Maranhão.....	40
<b>Figura 08</b>	Receio em decepcionar os turistas.....	47
<b>Figura 09</b>	Medalha comemorativa do título concedido à São Luís.....	52
<b>Figura 10</b>	Moeda comemorativa do título de Patrimônio concedido à São Luís.....	53
<b>Figura 11</b>	Música de Nonato Buzar.....	54

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. DISCURSOS ACERCA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO LUÍS</b>	16
1.2 De uma cidade colonial mercantil à candidata ao título de patrimônio mundial da humanidade: São Luís .....	19
<b>2 O ELO ENTRE OS PATRIMÔNIOS: CULTURA POPULAR NA PRAIA GRANDE</b> .....	30
2.1 Riqueza cultural do Centro Histórico de São Luís.....	33
<b>3 O PATRIMÔNIO ENQUANTO PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MATERIAL E IMATERIAL</b> .....	41
3.1 O programa de preservação e restauração do Centro Histórico de São Luís do final da década de 90 que almejam desenvolvimento .....	41
3.2 Os discursos dos jornais quanto ao turismo cultural.....	46
3.3 Comemorações do título de patrimônio mundial da humanidade a medidas conscientizadoras.....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59

## 1. INTRODUÇÃO

O patrimônio material e imaterial detém um valor histórico cultural muito importante para a história de um povo, e muitas vezes representa a memória de um lugar, porém com o passar dos tempos o mesmo acaba por cair no esquecimento e sofrer por descaso do poder público. Mas a contemporaneidade traz um olhar, mostrando que é preciso pensar quanto a questão do preservacionismo, seja por questão da manutenção afetiva de um tempo e um espaço, seja atrelada a questões econômicas.

É dever do estado preservar o patrimônio histórico, e buscar meios para o fazê-lo, mas, somente o Estado não tem forças suficientes para tal ato, mesmo com todos os seus recursos. A preservação do patrimônio é muito mais ampla que o Estado, no sentido que a fiscalização e cuidado devem partir da população. Porém nem sempre as pessoas se veem com esse papel e entendem que é somente do Estado.

Atualmente, na grande maioria das legislações nacionais consta o preceito de que é dever do Estado preservar o patrimônio histórico e artístico. Após a Segunda Guerra Mundial, essa questão foi introduzida na agenda internacional com a criação de um organismo multilateral – a Unesco, braço das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura – que assumiu a missão de defender os bens culturais considerados patrimônio da humanidade. A atuação da Unesco se apoia na Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, mas, para alcançar resultados, depende essencialmente da iniciativa dos Estados nacionais. (FONSECA, 2005, p.159).

O desejo de estudar patrimônio surge através do encanto que o Centro Histórico de São Luís proporciona a todos os seus visitantes, buscando entender toda a riqueza de seu acervo arquitetônico e da diversidade cultural que ali existe, fatos esses que marcaram e marcam a história ludovicense.

Tal fato, impulsionou a busca por obras e jornais relacionados ao tema, tais como: *São Luís. Reabilitação do centro histórico. Patrimônio da humanidade* (2012), de Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès; *A história do Comércio do Maranhão 1612-1895* (1954), de Jerônimo de Viveiros; o jornal *O Estado do Maranhão* (1997) e o jornal *O Imparcial* (1997). Com o auxílio dessas leituras pode-se entender como estava composta a malha urbana no entorno da Praia Grande.

A partir destas informações foi escolhido analisar o processo de patrimonialização da Praia Grande através dos jornais como forma de compreender como esses periódicos *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* que estão disponíveis

na Biblioteca Benedito Leite tratavam a questão da capital maranhense antes de receber o título de Patrimônio da Humanidade. Essa análise foi possível graças à facilidade de encontrar estes periódicos, optando por fazer um recorte temporal no final da década de 1990, contando desde a I Convenção da Praia Grande, perpassando até as práticas do PPRCHSL (Programa de Preservação e Restauração do Centro Histórico de São Luís).

O Maranhão na segunda metade do século XVIII, obteve um desenvolvimento de sua lavoura mercantil graças a instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que proporcionou ao Estado lugar no mercado mundial, ao exportar produtos, como: arroz, algodão, cana de açúcar e outros, o que garantiu ao Estado um acúmulo de capital. Esta capital se manteve concentrado em cidades portuárias como Alcântara e São Luís, pois nelas estavam os principais pontos de escoamento dessas mercadorias.

As cidades portuárias além de servirem como local de escoamento de mercadorias, era onde vivia a elite ludovicense da época, composta por comerciantes e donos de terras, que foram de suma importância para o progresso cultural e urbanístico desses lugares, graças aos grandes casarões construídos entre os séculos XVIII e XIX por essa elite local.

Porém com o início do século XX o quadro situacional do Centro Histórico de São Luís, passava por mudanças e encontrava-se em situação de abandono, tanto por parte do poder público, como por parte de seus donos. Vários foram os fatores que desencadearam um esquecimento e desvalorização dessa região, como salienta em suas obras os historiadores e pesquisadores Júlia Constança Pereira Camêlo, Mario Meireles, e Phelipe Andrès, entre os diversos fatores estão: a diminuição do comércio na região da Praia Grande, a saída dos moradores tradicionais para outros bairros, a exemplo do bairro do São Francisco, e a mudança do porto da Praia Grande para o porto do Itaqui, todos esses fatores acabaram por gerar abandono e a destruição de muitas construções.

Todavia em meados do século XX, passou-se a pensar em ações que visavam a preservação e conservação dos casarões coloniais que integravam o Centro Histórico de São Luís, essas ações foram pautadas através de diálogo entre órgãos gestores e intelectuais da época que criaram políticas públicas voltadas para preservar e conservar parte da história ludovicense, mesmo que o desejo de

preservar esteja para além da proteção desses casarões, visava um desenvolvimento econômico através do turismo.

Com a intensificação dos discursos preservacionistas de muitos intelectuais da época, entre eles o pesquisador maranhense Antonio Lopes e com o tombamento da Capela de São José das Laranjeiras, e do portão da Quinta das Laranjeiras, no ano de 1948 pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), esses fatores atrelado com o abandono e arruinamento dos casarões originou, na década de 1970 um projeto voltado para a melhoria do Centro Histórico de São Luís, dando preferência para região da Praia Grande.

O PPRCHSL (Programa de Preservação e Restauração do Centro Histórico de São Luís), fora apresentado no ano de 1979, na I Convenção da Praia Grande, projeto este que foi recebido pelo então governador do Estado João Castelo e contou com o apoio do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Esse programa ficou conhecido como Projeto Reviver e foi dividido em seis etapas que almejavam a preservação e restauração do setor urbanístico do centro antigo da capital maranhense. A área apresentava grandes sinais de abandono e de arruinamento (ANDRÈS, 2012).

Para melhor entendimento do PPRCHSL, de como ele se estabeleceu e de que maneira ele foi implementado a obra *São Luís. Reabilitação do centro histórico. Patrimônio da Humanidade (2012)*, do engenheiro e coordenador geral do Programa, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, explica como deu-se a formação urbana de São Luís, desde sua fundação em 1612, até o início dos anos 2000 e detalha o Programa de Preservação e Restauração do Centro Histórico de São Luís. Além das obras *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil* de Maria Cecília de Londres Fonseca (2005) e a dissertação *A Gestão do Patrimônio: Estratégias da preservação do patrimônio cultural na cidade de Parnaíba – Piauí*, de Debora Kishimoto.

A respeito das ações tomadas pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no século XVIII, utilizamos como referência a obra *História do Comércio do Maranhão 1612-1895* (1954, 1º volume), de Jerônimo de Viveiros.

A obra *São Luís do Maranhão: corpo e alma* (2012), de Maria de Lourdes Lauande Lacroix, nos possibilitou entender acerca da economia do Maranhão do século XVIII, ressaltando que a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e

Maranhão intensificaram a lavoura o que levou a um aumento considerado do número de exportações e importações, nos âmbitos nacionais e internacionais.

Para melhor entendimento das práticas preservacionistas ocorridas no centro antigo de São Luís entre os anos de 1970 e 1990, utilizamos o conceito preservacionista defendido pela pesquisadora Françoise Choay, que tem uma dedicação aos estudos urbanísticos das cidades, o que fez com que ela voltasse suas discussões para o patrimônio cultural, mas especificamente para o edificado. A obra *A alegoria do Patrimônio* (2001), explica acerca das medidas de preservação patrimonial ocorridas na França.

No que tange a valorização e preservação do patrimônio cultural, a obra *Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso* (2002), de José Reinaldo Santos Gonçalves, nos permite entender acerca do patrimônio enquanto monumento, do quanto os monumentos arquitetônicos podem estabelecer uma ligação com o passado.

O trabalho também analisa periódicos como: *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* nos quais encontramos elementos do processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Luís e com esse efeito lhe atribuiu um valor de patrimônio cultural e social através de estudos sobre preservação, conservação e divulgação das ações e práticas governamentais. A viabilidade dos jornais como documentação, além de representar uma quantidade densa e o acesso fácil nos arquivos da Biblioteca Pública Benedito Leite. Tem funcionários para nos atender e o material está organizado.

A área onde está o conjunto arquitetônico que refere o processo de patrimonialização e localizado no Noroeste do Município de São Luís, começa 06/03/1986 como decreto de Tombamento, Decreto nº 10.089, "Somente a área tombada de São Luís possui cerca de 5.500 imóveis, sendo a maioria objeto de tombamento estadual com pouco mais de 4.500 edificações." (MARANHÃO, 1987, p.28).

Com base na Lei 3.999, criada em 03/12/1978, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão o Governo do Estado decretou o Tombamento em 06/03/1986, da área do Centro Histórico de São Luís, definida na Lei do Uso do Solo e Zoneamento, de julho de 1981, como Zona Especial 2 (ZE-2) e que, até então, contara unicamente com a regulamentação municipal para sua proteção (MARANHÃO, 1987, p.28).

A partir da análise dos jornais: "*O Estado do Maranhão*" do ano 1997 e "*O Imparcial*" do ano 1997, procuraremos identificar os discursos e processos presentes nos mesmos, com ênfase na patrimonialização do Centro Histórico de São Luís, além de perceber os diversos Decretos e Leis que permitiram esses processos estarem caracterizando, as relações entre sociedade e patrimônio atreladas a figura do Estado.

É notório, dentro da pesquisa a ênfase dos periódicos dada a revitalização dos bairros localizados no Centro Histórico, com diversos discursos, primeiramente, ressaltando a memória que é herança do povo maranhense. Mas é perceptível o apelo dos jornais em favor das "reformas", atreladas ao Governo do Estado, demonstrando o interesse destes periódicos em enaltecer o Governo.

A Ideia de Patrimônio divulgada pelos jornais, demonstram que o conjunto arquitetônico dos bairros do Centro Histórico permitiram à São Luís o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, assim desmitificando a ideia que o Centro Histórico é uma localidade de marginalizados como: prostitutas, drogados, ladrões, traficantes e etc.. Construindo ideias de que é um lugar para ser apreciado e visitado, não somente pela a população local, como pelos turistas do Brasil e do mundo.

Os periódicos demonstram um discurso variado quanto a preservação da memória e a ideia de patrimônio atreladas ao turismo crescente na cidade de São Luís, caracterizando a sociedade ludovicense e sua relação com o patrimônio. O discurso presente nos periódicos sobre a miscigenação, oriunda da mistura de várias etnias existente no Estado do Maranhão e conseqüentemente no Centro Histórico de São Luís possibilitaram discussões e ações que contribuíram para o processo de patrimonialização.

As diversas manifestações culturais contribuíram com processo não só como atração mais como base para defesa de uma sociedade miscigenada, os discursos presentes em algumas obras a exemplo *São Luís, 400 anos: (con)tradição* de uma cidade histórica (2014), no capítulo XV demonstra que além da proximidade com arquitetura colonial portuguesa, as diversas "etnias" presentes na formação do Maranhão estão localizadas no "bairro" do Centro os indivíduos em suas ações coletivas produzem manifestações culturais: Bumba Meu Boi, Tambor de Mina e outros.

"Os Problemas causados pelos processos de tombamento não são sintomas somente do bairro do Centro Histórico, outros bairros adjacentes estão presentes na patrimonialização mas, o foco é somente o bairro do Centro

Histórico, pois este é a "vitrine" do Turismo, no caso dos bairros do Desterro e da Madre Deus são encontrados casarões do século XVIII e XIX, mas estão abandonados não só pelo poder público como o setor privado e os periódicos que não divulgam ou denunciam o descaso com o patrimônio histórico. A proteção dos bens culturais está estritamente relacionada com o direito de propriedade e, conseqüentemente com a função social que esta precisa desempenhar. Assim sendo, configura-se o tombamento como instrumento jurídico mais comumente utilizado para a preservação do patrimônio cultural. O Centro Histórico de São Luís, um conjunto histórico tombado, abrange os bairros do Apicum, Camboa, Centro, Desterro, Madre Deus e Praia Grande, totalizando uma área com duzentos e vinte hectares. É o maior e mais valioso conjunto arquitetônico, de origem portuguesa, do século XIX na América Latina - são mais de 3.500 edificações, sobrados, igrejas e palacetes com valores artísticos e históricos. O Centro Histórico de São Luís representa, pois, um marco fundamental para a história maranhense, brasileira, bem como mundial. Além de ter sido tombado, foi considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO". (PAIVA, 2012, p.1).

Diante disso, o trabalho intitulado **Espaços de patrimônio: patrimonialização nos projetos e jornais “O Imparcial” e “O Estado do Maranhão” no final do século XX em São Luís - MA**, contempla esses elementos apresentados e sua revisão literária encontra-se dividida em quatro subtítulos

No primeiro capítulo, desta monografia, denominado **Discursos acerca de preservação patrimonial em São Luís**, discorre sobre como o crescimento da lavoura mercantil contribuiu para construção dos casarões. Versa sobre os discursos expostos por intelectuais que contribuíram para preservação do Patrimônio Cultural em São Luís, e sobre os primeiros tombamentos.

Em seguida, no subtítulo 2.2, denominado **De uma cidade colonial mercantil a candidata ao título de patrimônio histórico: São Luís**, relata sobre a localização geográfica da cidade e sua situação privilegiada para a circulação de produtos e serviços tanto internos quanto externos e a grande influência para a economia da região. Revela-se também que a partir desse período grandes fazendeiros pertencentes a elite maranhense, que ali se instalaram para proceder seus negócios, passaram a construir casarões que serviam de moradias para as grandes famílias da época.

Tem-se em seguida o capítulo 2, **O elo entre os patrimônios: cultura popular na Praia Grande**, versa sobre uma relação entre patrimônio e memória, seja o patrimônio material no que tange a questão da preservação da riqueza arquitetônica do centro antigo de São Luís, seja o patrimônio imaterial que nesse caso foi formado pela múltipla diversidade cultural do povo que fez e faz parte da história desse centro, e da cidade fazendo também uma análise acerca da riqueza cultural do Centro Histórico de São Luís.



Finalmente, o capítulo 3, denominado **O Patrimônio enquanto perspectiva de desenvolvimento econômico material e imaterial**, versa sobre as práticas preservacionistas do final da década de 1990, que almejavam desenvolvimento, analisando os discursos dos jornais com relação ao crescimento do turismo cultural e discutindo acerca das ações em comemoração ao título de patrimônio da humanidade atrelado às medidas conscientizadoras.

## 1. DISCURSOS ACERCA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO LUÍS

A importância do patrimônio cultural para a humanidade tem relação com a ancestralidade e a importância histórica e cultural, pois são diversas tradições materiais e imateriais construídas pelo ser humano. Com relação a memória estas são construções de um coletivo. Pensando desta forma o patrimônio cultural age como elo entre a memória e o esquecimento.

O termo patrimônio surge por volta do final do século XVIII, sendo num primeiro momento símbolo de nação e algum tempo depois lhe foi acrescentado a questão histórica e cultural, fazendo com que o termo possa ter vários significados e valores diferentes, podemos tomar como patrimônio a explicação de Fonseca:

A questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que tem recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da ideia de nação (FONSECA, 2005, p. 51).

A ideia de preservação do patrimônio é ocidental, pois desde o final do século XVIII os vandalismos das revoluções francesas, geraram uma inquietação em grupo de intelectuais, desde então outros países europeus a partir do século XIX, começaram a se preocupar como o patrimônio cultural, pois a memória presente nestes os ligava a sua história tanto como nação quanto como indivíduo. A obra *A alegoria do Patrimônio* (2001), da historiadora francesa Françoise Choay apresenta a teoria de que a preservação e proteção do patrimônio só passou a existir quando lhe foram atribuídos quatro valores: o valor cognitivo, nacional, artístico e econômico; com a identificação destes é possível implementar políticas preservacionistas. Observamos que o patrimonialismo construído pelas políticas governamentais brasileira e maranhense absorve esses valores colocados por Choay.

Um ponto importante a ser levado em consideração à respeito do discurso de patrimônio, no Brasil, é o contexto em que o país estava inserido, quais anseios essa sociedade vivia e o que os ligava a questão de conservação patrimonial.

No Brasil existe uma discussão sobre patrimônio a partir 1920 após a ponderação de alguns intelectuais modernistas da época, a exemplo, de Mário de Andrade. Foi nesse período que surgiram órgãos voltados para a preservação patrimonial como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), assim que o órgão foi institucionalizado esteve a frente do processo de preservação

patrimonial. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (1997) arquitetos ladeados por juristas.

A partir de 1940 passa-se com mais intensidade a discutir a importância de patrimônio, seja ele material ou imaterial, levantando pontos que vão além da ideia de modernização, fazendo um elo com preservação e memória, seja ela individual ou coletiva. Entendo como as reivindicações da sociedade em alguns pontos e estados específicos foram levadas em consideração dentro dessa política de conservação do patrimônio, como salienta Deborah Padula Kishimoto, em sua dissertação intitulada *A gestão do Patrimônio: Estratégias da Preservação do Patrimônio Cultural na Cidade de Parnaíba – Piauí*.

Essas reivindicações resultaram numa afirmação do Estado democrático e da cidadania, o que proporcionou a garantia do direito à identidade, à história e à memória como valores coletivos, particularmente para os grupos sociais não reconhecidos no ideal de uma identidade homogênea para toda a sociedade brasileira. As lutas pelo respeito aos 'grupos renegados' levaram a um discurso de preservação de um patrimônio cultural construído a partir de parcerias, identificado como significativo daquilo que as próprias comunidades reconheciam como representativo de sua diversidade cultural. (KISHIMOTO, 2012, p. 15)

As discussões acerca do patrimônio foram mais profundas a partir do ano de 1970, e no pós ditadura militar (momento marcado por forte repressão política), como podemos perceber no fragmento abaixo:

Em 1974, iniciou-se o processo de 'abertura política' da ditadura militar, deixando aflorar reivindicações latentes, como as que surgiram em torno do tema da preservação urbana. O 'milagre econômico' promovido pela ditadura no início da década, ao provar violentas transformações nas cidades, criou um panorama favorável à inclusão do tema do patrimônio urbano na luta pelos direitos das comunidades, associado ao processo de redemocratização do país. Era um espaço possível de organização social, que supria, em parte, a inexistência de movimentos políticos - partidários, ainda clandestinos ou incipientes no início da 'abertura política', que fez surgir uma demanda não institucional para a preservação de imóveis e sítios urbanos – inédito nos trabalhos de preservação no Brasil – advindo das comunidades organizadas nas grandes cidades. (MOTTA, 2000, p. 11)

A partir desse fragmento podemos analisar que existia um anseio da sociedade em buscar perspectivas novas, fazendo com que os governantes pensassem para além do preservar/restaurar para modernizar, passa-se a dar voz a um povo que antes não tinha vez, tendo como base essa ideia de estado democrático.

As discussões tornam-se mais específicas com a Constituição Federal de 1988, que defendeu como patrimônio cultural no artigo 216: as formas de expressão, os

modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Com o decreto Nº 3.551, 4 agosto de 2000, O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, Decreta: Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, dando importância e continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. Como exemplifica Maria Cecília Londres Fonseca:

O fundamento jurídico do registro está, portanto, nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, e sua formulação teve como base a longa e rica experiência acumulada não apenas pelas instituições que, como o IPHAN, têm o dever constitucional de zelar pelo patrimônio cultural brasileiro, como também o trabalho de instituições nacionais, estaduais e municipais, públicas e privadas, e de indivíduos e grupos que se dedicaram a estudos, pesquisas, coleta, documentação e também apoio às mais variadas manifestações de nossa cultura. Do mesmo modo, experiências internacionais, e particularmente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), trouxeram subsídios fundamentais para a formulação do Decreto nº 3.551/2000 e de todos os seus desdobramentos. Finalmente, o crescente papel da sociedade civil organizada, que teve atuação decisiva na elaboração dos artigos constitucionais mencionados, foi reconhecido tanto no texto constitucional (art. 216 § 1º) como na regulamentação do Decreto nº 3.551/2000, no qual os grupos sociais são considerados parceiros do poder público tanto no processo de instrução do registro (pesquisas, documentação, mapeamentos, inventários) como em seus efeitos (planos e ações de salvaguarda, entendida está em seu sentido mais amplo). (FONSECA, 2015, p.3)

A partir desse fragmento podemos analisar que o processo de discussão patrimonial, conservação e proteção dos bens tombados no Brasil são oriundos tanto do apelo da sociedade modernista contemporânea quanto das práticas políticas.

Tendo hoje o Brasil vários pontos considerados patrimônio, a exemplo destes: Centro Histórico de Ouro Preto (MG), Centro Histórico de Olinda (PE), Ruínas de São Miguel das Missões (RS), Centro Histórico de Salvador (BA), Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), Centro Histórico de São Luís (MA), Centro Histórico de Diamantina (MG), Centro Histórico de Goiás (GO), Praça São Francisco em São Cristóvão (SE), Paisagens Cariocas, Rio de Janeiro (RJ) e Pampulha, Belo Horizonte (MG), títulos esses concedidos pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a

educação, Ciência e Cultura). Os processos de tombamentos das cidades consideradas Patrimônio Cultural da Humanidade brasileira foram todos frutos de uma caminhada gradual, aliadas com uma estratégia do governo federal para estimular o turismo, perpassando por questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

## 1.2 De uma cidade colonial mercantil à candidata ao título de patrimônio da humanidade: São Luís

O centro histórico/antigo de São Luís está situado entre os rios, Anil e Bacanga, sendo esta área correspondente ao antigo fluxo da cidade, com grande circulação de pessoas e produtos, graças a sua localização privilegiada este foi um grande polo comercial durante o século XVIII, servindo tanto para carga ou descarga de produtos, tanto a nível nacional ou internacional.

No ano 1775 a implantação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, pelo então Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), na condição de primeiro ministro. Com a criação da companhia, o Maranhão passou a fazer parte do comércio mundial, com a produção de arroz, algodão, cana de açúcar, dentre outros produtos (MEIRELES, 1979).

A companhia fazia o comércio exclusivo com a metrópole Portugal, que além de comercializar todos esses produtos comercializava também os escravos que serviam como mão de obra para o Maranhão do século XVIII. Para melhor esclarecimento sobre a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, tomemos o pensamento de Jerônimo de Viveiros:

Foi esta Companhia que criou e desenvolveu as fontes da economia maranhense. De fato, introduzimos escravos africanos para o trabalho, os quais vendia a preços módicos e a longos prazos, adiantando numerário aos colonos para a fundação dos campos de lavoura, fornecendo sementes, entregando mercadorias num ano para serem pagas no seguinte, financiando negócios, comprando os produtos coloniais a justo preço, estabelecendo a navegação para o Reino e agindo em tudo com lisura e probidade, a Companhia de comércio transformou a nossa penúria em fortuna, a nossa pobreza em riqueza. (VIVEIROS, 1954, P. 74)

Podemos perceber a partir desse fragmento que a companhia trouxe um retorno positivo para o Maranhão, que conseguiu participar no mercado exportador demonstrando um potencial econômico, já que o estado passou a comercializar uma

grande quantidade de produtos com o exterior a preços competitivos graças a utilização da mão de obra escrava.

O centro antigo de São Luís, juntamente com a cidade de Alcântara passavam a ser pontos comerciais, por serem cidades portuárias e de fácil escoamento de produtos, facilitando tanto o mercado de importação quanto de exportação, fazendo destes lugares pontos de concentração da elite local, composta por grandes fazendeiros e comerciantes locais. Foi a partir do crescimento econômico que se intensificaram a construção de casarões imponentes, para abrigar essa elite local:

São Luís e Alcântara, por sua condição portuária, no período em que toda a comunicação com a Europa se fazia pelo mar, acabaram por se constituir nos mais expressivos exemplares de arquitetura e urbanismo da época. Além do que havia, com até hoje há, o fato de que o campo trabalhava para enriquecer a cidade. Grande parte das riquezas oriundas das extensões pastoris dos sertões escoava-se pelo porto. Este reunia, portanto, as benesses de ser capital, sede administrativa e entreposto comercial, produzindo-se aí as maiores e mais expressivas manifestações de urbanidade. (ANDRÉS, 2012, P.38).

Percebemos então que o fato de São Luís ser uma cidade portuária foi de fundamental importância para seu crescimento econômico e que a elite da época quis expor esse fato em suas grandes e sofisticadas edificações, como podemos observar na imagem a seguir:

**Figura 01 - Casarões da Rua Portugal em 1908.**



**Fonte:** <https://br.pinterest.com/pin/367113807110707758/>.

A fotografia exemplifica os rumos que a arquitetura ludovicense estava tomando, com características portuguesas, mas moldada ao clima da cidade. Na

imagem é possível observar os sobrados e do lado esquerdo parte da Casa das Tulhas, que era um importante centro comercial, construído no período de 1798-1985 após inquietações da população que reivindicava estrutura que facilitasse a comercialização das mercadorias. Os casarões da cidade de São Luís foram construídos pensando o clima tropical da cidade brasileira, por isso o grande número de sacadas (VIEIRA, 2016).

A economia de São Luís crescia no mesmo ritmo que a construção das grandes edificações, a cidade passou a ser lembrada para além das produções literárias produzidas por intelectuais da época que contribuíram com a construção da ideia da capital maranhense como “Atenas Brasileira”, lembrada, também, por sua rica arquitetura colonial.

Durante o final do período imperial o sistema agrícola maranhense entrou em declínio, e por consequência houve uma diminuição na construção dos casarões, desviando do centro antigo de São Luís o escoamento de mercadorias e conseqüentemente o deslocamento de moradores, segundo a historiadora Júlia Constança Pereira Camêlo (2012), outro fator que levou a mudança da elite ludovicense, já no século XX, dessa região foi a criação das pontes (Ponte Governador José Sarney e Ponte Bandeira Tribuzi.), que ligava o centro aos bairros São Francisco e Camboa, fazendo com que a elite pudesse migrar de local, essas questões ligadas ao alargamento urbano que a cidade estava passando contribuiu para um dito “esquecimento” desses casarões, como podemos observar no fragmento abaixo:

Inicia-se então, o declínio de parte do centro antigo da cidade com o abandono de muitos casarões, a partir do segundo quartel do século XX, o tecido urbano do Centro Antigo foi sendo abandonado devido à saída dos moradores tradicionais (que representavam o segmento de maior poder econômico) e ao decréscimo do comércio, proporcionando o início de um processo de arruinamento de diversas construções do tecido urbano da referida área. (SILVA, 2009, p. 2).

Com a saída dos moradores dessa região, os grandes casarões passaram a ficar abandonadas tanto por parte dos proprietários quanto do poder público, o que levou muitos deles arruinadas, trazendo para São Luís um ar de atraso, longe do progresso de outrora como podemos observar no fragmento abaixo:

A nomeação de Paulo Martins de Souza Ramos em 1936, como interventor federal para o Maranhão, fez com que esse conjunto arquitetônico e urbanístico, que até então estivera preservado praticamente intacto, passasse a ser visto como prova do atraso econômico, social e cultural da

cidade. A busca do progresso, que se afinava com os novos valores que guiavam o país naquele momento, começava a ameaçar as construções antigas. Tais concepções incluíam uma visão de desenvolvimento urbano que se chocava com a manutenção de construções antigas. Desta maneira, a arquitetura representativa dos séculos XVIII e XIX passou a ser vista como um sinal de atraso e um empecilho para a evolução urbana da cidade (IPHAN, 2007, p. 59).

Em São Luís passa-se a pensar amplamente a questão de preservação patrimonial, após algumas perdas irreparáveis de casarões. Perdas essas oriundas do novo projeto de remodelação urbana da capital maranhense, elabora por Saboya Ribeiro:

a) Fazer a ligação direta da Avenida Dom Pedro II com a chamada Rampa do Palácio, desaparecendo a escadaria existente, que será substituída por uma via larga de 15,000 ms; b) Fazer prolongamento da avenida João Lisboa até a avenida Beira-Mar; c) Tornar mais fácil o acesso da rua Sete de Setembro, que deverá ser sujeita a alargamento progressivo, até alcançar a largura de 15,00 ms; d) Estabelecer a ligação com o bairro dos Remédios, por intermédio da rua Jansen Muller, que deverá sofrer alargamento, do mesmo modo que a rua Sete de Setembro. (VIEIRA, 2016, pp. 30 e 31).

Com a destruição eminente desses grandes solares e sobrados, será pensando incisivamente cada vez mais acerca da preservação patrimonial, mesmo sendo ela de início vinculada mais a questão de modernização e desenvolvimento, para colocar São Luís como cartão postal nacional e internacional, dentro de uma ideia de atualização com moderno.

A modernização que aqui estava acontecendo era pautada na questão da higiene, pensando na facilidade do trânsito e da estética do centro abandonado. E pode ser explicada como uma inspiração no que aconteceu em países da Europa, a exemplo do que aconteceu na França, após a Revolução Industrial:

Destruíu, contudo, em nome da higiene, do trânsito e até da estética, partes inteiras em malha urbana de Paris. Mas também aí ele era homem do seu tempo: a maioria daqueles que à época defendiam, na França, os monumentos do passado com a maior convicção e energia, concordavam também sobre a necessidade de uma modernização radical das cidades antigas e de sua malha urbana [...] A civilização abre largas avenidas no negro labirinto das ruelas, das encruzilhadas, das ruas sem saída da cidade velha. Os velhos quarteirões, ele só os vê como obstáculos à salubridade, ao trânsito, à contemplação dos monumentos do passado, é preciso desobstruir. (CHOAY, 2001, pp. 175 e 176).

Essa perspectiva foi copiada em vários países influenciados pela cultura francesa, e adeptos ao que a França representava. O processo de institucionalização do centro antigo de São Luís como patrimônio, foi realizado de maneira gradual e com



tombamentos individuais com o norteamo de órgãos públicos, a exemplo do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional):

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº. 378, no governo de Getúlio Vargas. Já em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens. Em seguida, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Em 1946 o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970 o DPHAN é transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SILVA, 2009, p 3 e 4).

Uma questão importante a ser levada em consideração é que assim como ocorreu em outros estados brasileiros, o centro antigo de São Luís não foi totalmente destruído, após saída de seus moradores e fim do apogeu comercial, porém para tal fato, Luís Philipe Andrès tem uma explicação:

A falta de recursos para a execução de obras inviabilizou aqui, ao contrário do que ocorreu em grandes cidades brasileiras, os movimentos de renovação urbana com as demolições de valiosas áreas históricas. Em contrapartida, foi determinante a natureza extremamente sólida das construções erigidas em grossas paredes de pedra e argamassada aglutinada a cal, com a utilização de madeiras de lei, serralharías, cantarias de lioz, muitas vezes tendo as fachadas revestidas de azulejos. (ANDRÉS, 2012, p.48).

A partir desse fragmento podemos perceber que o centro antigo de São Luís só não foi destruído para uma renovação urbana, em decorrência de uma crise econômica que o país vivia e conseqüentemente a capital maranhense.

Para melhor entendimento do conceito de preservação patrimonial do Centro Histórico de São Luís é necessário se pensar a cercar das primeiras ações patrimonialistas ocorridas no Estado do Maranhão, que teve início no final da década de 1940, com o tombamento<sup>1</sup> do Sambaqui do Pindahy, sítio arqueológico localizado na região metropolitana da ilha, município de Paço do Lumiar.

O referido tombamento realizado pelo Iphan, tinha como objetivo conter a construção da estrada que hoje liga o município de São Luís ao de São José de Ribamar, porém com a conclusão da estrada o sítio do Sambaqui fora destruído, e

---

<sup>1</sup> O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Esse instrumento coloca sob a tutela do Estado, bens dignos de preservação. (BOGÉA; BRITO; PESTANA, 2007).

hoje o Iphan reconhece que deve retirar o tombamento já que o referido sítio arqueológico não existe mais (CHAVES, 2012).

Após esse tombamento, o Maranhão, passou por uma política de bens isolados, já que até esse momento o IPHAN não tinha sede administrativa, para melhor entendimento das políticas preservacionista da cidade de São Luís temos:

O tombamento do conjunto arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís ocorrido em 1974 foi realizado pelo IPHAN em etapas sucessivas. Num primeiro momento tombaram-se monumentos isolados: o prédio da Academia Maranhense de Letras, o Sobrado da Avenida D. Pedro II, n.º 199, e a fonte do Ribeirão. Posteriormente os conjuntos arquitetônicos e Paisagísticos do Largo do Desterro, Praça Benedito Leite, Praça João Lisboa, e finalmente o conjunto arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís na forma como apresenta hoje (BOGÉA, 2005, p.27).

No ano de 1974 essa área tombada passou a compor o conjunto arquitetônico da cidade de São Luís, com intuito de preservação e conservação desse acervo, que corresponde a área da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, estando essas protegidas a níveis federais, estaduais e municipais, como podemos observar no mapa a seguir:

**Figura 02** - Mapa do centro histórico de São Luís, correspondente às delimitações das áreas protegidas.



Fonte: ANDRÈS, 2012.

Após a análise do mapa podemos perceber que o bairro da Praia Grande e boa parte do Desterro encontram-se sob proteção federal, que são bairros com maior característica arquitetônica colonial portuguesa, percebemos também que a preservação a nível estadual permeia quase que todos os bairros do centro.

No âmbito municipal os tombamentos federais ajudaram em alguns projetos, dentre eles o Projeto Mirante, durante a gestão de Haroldo Tavares que tinha como preocupação a preservação e valorização patrimonial, recriando nome de ruas

originais do centro histórico e concedendo um desconto no imposto predial<sup>2</sup>, para os proprietários que fizessem melhorias em suas fachadas.

A capital maranhense nesse período estava passando por um processo de urbanização e “adequação ao moderno”, fato esse que gerou perdas consideráveis de seu valor arquitetônico patrimonial, a exemplo a Igreja Nossa Senhora da Conceição, que foi demolida, na Rua Grande, o que levou o governo federal por meio do IPHAN, a tombar alternadamente bens construídos como fruto do apogeu econômico que a cidade de São Luís viveu, entres os períodos de 1940 -1987.

O que tínhamos na capital maranhense era um programa preservacionista coordenado pelo poder estadual com o apoio do IPHAN, mas com pouca participação municipal, e com o início da década de 1980 o governo estadual, do então governador João Castelo (1979-1982), incluiu em seu plano de governo iniciativas novas voltadas para a preservação do sítio histórico de São Luís, iniciando uma política pública patrimonialista, com a realização de um seminário nacional para discutir a proposta de preservação, elaborada por um arquiteto americano:

Em 1979, o poder público estadual organizou o I Encontro Nacional da Praia Grande, promovido pela Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão (SEPLAN), com apoio do IPHAN/MINC, tendo como papel norteador discutir e avaliar a proposta de revitalização do Centro Histórico, elaborada pelo arquiteto norte-americano John Ulric Gisiger, entre 1977 ou 1979. "Nesta mesma época, o então engenheiro Luiz Phelipe Andrés organizava uma obra intitulada, Monumentos Históricos do Maranhão (1979), possibilitando mais ainda o surgimento de uma discussão promissora acerca dos bens patrimoniais". (PACHÊCO FILHO, 2014, p. 324).

Após o referido encontro o grupo tinha como função desenvolver e implementar o Programa de Preservação e Revitalização do Centro de Histórico de São Luís (PPRCHSL), que fora discutido por vários técnicos do Brasil todo. Esse foi instituído em decorrência do Decreto nº 7.345 de 16/11/1979, conhecido também como Projeto Praia Grande/Reviver.

Vale ressaltar que as propostas preservacionistas tomadas pelo governo do estado estavam pautadas nos moldes da política federal, com pouca participação municipal e da sociedade civil, esse plano propunha além da revitalização do Centro Histórico de São Luís, o turismo como uso do espaço urbano:

---

<sup>2</sup> Este incentivo fiscal foi abolido na reforma do Código Tributário Municipal de 1882. (PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, 1986, p. 12).

[...]alinhadas às estratégias do 'Programa das Cidades Históricas', criada pelo governo federal em 1973 para estimular o turismo. Assim a partir da década de 70, 'a preservação de uma identidade maranhense e o ideal de desenvolvimento com base no turismo passa a configurar o foco destas políticas[...] (PACHÊCO FILHO, 2014, p. 325).

Ainda de acordo entre eles o processo de colocar São Luís no "Hall" das cidades brasileiras consideradas patrimônios mundiais, coube a um grupo de técnicos, entre eles arquitetos e engenheiros, o grupo foi coordenado por Luis Philippe Andrès (engenheiro e coordenador geral do programa que revitalizou o centro histórico de São Luís, também conhecido como projeto praia grande/reviver). Essa equipe em consonância com os governantes enviou um Dossiê de apresentação da cidade para UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura).

O Dossiê trazia em seu corpo peculiaridades da capital maranhense, além de abordar economicamente os pontos positivos que a patrimonialização traria para o Estado, a exemplo de acelerar as negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), afirmando que o processo de preservação está além do resgate da memória, estando ligado a uma questão de desenvolvimento e "empresarialização", tendo posteriormente vários discursos tentando atrair turistas para conhecer a capital maranhense ( PACHÊCO FILHO, 2014).

Andrès tinha uma preocupação, colocar em meio as discussões preservacionistas os anseios e vontades da sociedade civil, ou seja, dando mais voz para esse povo, porém com uma análise mais crítica percebe-se que foi pouca a participação popular, tanto por falta de interesse dessa população ou por falta de conhecimento acerca do que estava ocorrendo.

No final da década de 1980, quando o processo de revitalização do Reviver estava sendo realizado, tínhamos como Presidente da República José Sarney (maranhense), e como governador Epitácio Cafeteira, que acabou por fazer algumas modificações no plano original, atrelando esse processo como estratégia de "marketing" pessoal.

Esse foi o começo das atividades de revitalização que o Centro Histórico de São Luís passava para poder ser coroada como patrimônio cultural brasileiro e mundial, para tal fato a mesma precisaria cumprir alguns requisitos. A partir de então vários foram os convênios estabelecidos por parte do governo estadual e federal para garantirem a recuperação do antigo centro. A essa altura grande parte do seu acervo



arquitetônico encontrava-se abandonado, e com falta de higienização. Como mostra a imagem a seguir:

**Figura 03** - Casarão abandonado da rua da estrela.



**Fonte:** Imirante.com – O Estado 05/08/2014 às 07h35.

Essa imagem é posterior a concessão do título à São Luís de Patrimônio Cultural da Humanidade, porém serve para retratar o estado de depredação que a maioria dos casarões estavam e que alguns ainda se encontram.

Nesse período existia uma tentativa de preservar a identidade maranhense, sentimento esse que estava ligado a questão desenvolvimentista. Ocasionalmente políticas públicas voltadas para essa questão, a exemplo do turismo cultural que serviria como um canal de captação de recursos.

Outro importante fator que contribuiu para que a capital maranhense fosse patrimônio tombado pela UNESCO, foi por ser um lugar com rica diversidade cultural, elementos estes encontrados até os dias atuais, como podemos observar no fragmento abaixo:

Enfim, ao que tudo indica, foi precisamente o entrecruzamento entre esse *corpus* multitextual de processos, representações, imagens, discursos e agentes sociais, que motivou a conversão do centro histórico em uma espécie de espaço cênico da identidade maranhense. Com a adoção de várias iniciativas de dinamização cultural do centro histórico e voltadas para captação de novos frequentadores, ao visitante de hoje, além do acervo arquitetônico, museus, centros e Casas de Cultura, é possível desfrutar de diversas atividades culturais, garantidas por exemplo, pelo agenciamento de apresentações de grupos folclóricos em eventos de diferentes dimensões e regularidades. (PACHÊCO FILHO, 2014, p. 327).

Como já mencionado, outras vezes, vários foram os motivos e investimentos para que São Luís fosse considerada como patrimônio cultural da humanidade. O governo do estado precisou elaborar vários projetos voltados para revitalização desse centro antigo e de alguns bairros adjacentes.

## 2 O ELO ENTRES OS PATRIMÔNIOS: CULTURA POPULAR NA PRAIA GRANDE.

Quando se fala em patrimônio existe conseqüentemente uma ligação com a memória, seja ela individual ou coletiva, material ou imaterial, a palavra memória vem do latim *memor* que significa aquele que se lembra, que se recorda.

Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que tem como significado inicial: patrimônio, bens de família, herança, quando cabia ao chefe da família proteger seus bens, a exemplo de seus filhos, esposa, servos, terras, riquezas, dentre outros.

Somente com a chegada da contemporaneidade é que o termo patrimônio passou a ter outro significado. Ligado mais a questão da herança cultural, podendo essa ser considerada de forma material ou imaterial que é passada de geração em geração. Quanto a questão do que é patrimônio cultural podemos tomar como referência a proposta do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que diz que o patrimônio cultural de um povo é formado por saberes, expressões, fazeres, práticas e seus produtos, que remete à história, à memória e identidade desse povo.

Não esquecendo que o patrimônio cultural<sup>3</sup> pode ser oriundo de escolhas, muitas vezes pautadas em políticas públicas. Políticas essas que vão decidir aquilo que é considerado importante, o que representa uma identidade, o que deve ser lembrado, o valor do seu significado, e outras coisas.

O patrimônio cultural pode ser classificado de duas maneiras, tanto como patrimônio material, quanto como patrimônio imaterial. Sendo o material descrito com o Decreto-Lei nº 25/1937:

---

<sup>3</sup> Constitui patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas, e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição 1988 / 2007, p. 139, Art.216.).



Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

No que refere a questão de preservação desse patrimônio material temos a atuação das políticas públicas, por meio do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que por meados da década de 1990 idealizou projetos que como afirma José Reginaldo Gonçalves, tinha um discurso de monumentalidade, tentando ligar tradição e patrimônio:

Essa modalidade de narrativa do patrimônio vai, precisamente, tentar reconstituir esse fio partido da tradição. Esse fio é feito de monumentos, por meio dos quais se pode estabelecer uma relação com o passado. Objetos de arte e arquitetura (igrejas, fortes, palácios, casas de câmara e cadeia, conjuntos arquitetônicos e urbanísticos), o chamado patrimônio de “pedra e cal”, substituto do bronze, material próprio das narrativas épicas, são itens fortemente valorizados. (GONÇALVES, 2002, p.118)

Segundo o autor José Gonçalves o presente e o futuro devem estar ligados com o passado, mesmo que estes estejam em constante construção, e não havendo por completo uma ruptura. Sendo de início o passado mais valorizado por conta do valor da tradição, sendo a memória valorizada como memória da nação. A partir do momento que se passa a narrar o patrimônio no registro do cotidiano os papéis se invertem, tendo o presente uma conotação mais importante, devido ao fato do passado não ser mais acessível por meio da tradição, sendo o passado agora uma “referência” a ser utilizado no processo de produção cultural e como garantia de uma continuidade de uma trajetória histórica. Com essa valorização dos bens culturais do presente teremos conseqüentemente, uma valorização de instrumentos que servirão para construir um futuro.

No que tange a questão da monumentalidade<sup>4</sup> o patrimônio cultural pode ser pautado por uma experiência individual ou coletiva, sendo o cotidiano narrado a partir desses pontos, trazendo consigo questões da vivência coletiva de vários grupos

---

<sup>4</sup> No caso da narrativa monumentalista, a relação com a realidade contemporânea, cotidiana, é bastante restrita. Valorizando o passado e a tradição, em detrimento do presente e da experiência, ela estabelece com o cotidiano relações fortemente policiadas. Na medida mesmo em que essa narrativa se fundamenta numa visão hierarquicamente valorizada do passado, este deve ser defendido contra qualquer tentativa de relativização que possa partir de indivíduos e grupos sociais situados na realidade cotidiana. A primazia da nação, como uma totalidade homogênea, deve ser preservada. (GOLÇALVES, 2002, p.120)

sociais, a partir de agora o patrimônio cultural vai se deslocar um pouco do campo da homogeneidade para à heterogeneidade. Existindo uma relação entre sociedade/população e suas narrativas:

A relação entre essas narrativas e a população é mediada por uma missão civilizadora[...] os cidadãos devem ser educados, civilizados, e, nesse processo, o patrimônio (definido em termos monumentais) tem um papel crucial, na medida em que é por seu intermédio que os indivíduos entram em contato com a nação e sua “tradição”. Não há muito espaço alternativo fora desse canal de comunicação. (GONÇALVES, 2002, p.120).

E essa ação monumentalista é considerada a primeira modalidade que configura o patrimônio “pedra e cal”, posteriormente este passou a ser composto por outras ramificações que vão além do acervo arquitetônico e urbanístico, perpassando por atividades sociais e vivência em grupo.

Segundo o IPHAN dentre os anos de 1973-1979, foram assinados alguns programas que buscavam a construção e restauração dos bens culturais brasileiros, dentre eles temos, a Exposição de Motivos 076-B, que criou o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com finalidade turística, paralelo a este programa houve uma solicitação prévia dos monumentos a serem restaurados e do cronograma de execução:

Com a finalidade de obter melhor integração entre o ato de preservar e de utilizar o bem cultural, assim como de evitar que monumentos de reconhecido valor fossem preteridos por outros de menor significância, exigiu-se de cada Estado a apresentação prévia do Programa de Restauração e Preservação para o período 1976/79, indicando os monumentos a serem restaurados, o cronograma de execução, os roteiros turísticos recomendados e as fontes de recursos para fazer face à contrapartida que o Programa requeria das instituições estaduais com que trabalhava. O mesmo procedimento foi adotado para o biênio 1980/1981. (MEC, 1980, p.22)

No que tange o sentido e interpretação acerca do que é patrimônio cultural, podemos estabelecer dois sentidos diferentes de acordo com as interpretações de José Gonçalves (2002), um ligado a nação e sua totalidade, tendo esse um caráter plural, sendo o espaço público um local sem conflitos por não existir diferenças. Porém quando se pensa o patrimônio enquanto as relações do cotidiano passamos a estabelecer parâmetros distintos, pelo fato de existir uma diversidade de pontos de vista e gêneros, ocasionando com que o espaço público seja pensando de acordo com essa pluralidade de discursos e pessoas, e esse patrimônio cultural passa a ser visto como estratégia, sendo individual ou coletiva, como mostra o fragmento a seguir:

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação”, que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio”, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. Na medida em que torno público um conjunto de objetos que, até então, tinham apenas existência privada, altero as fronteiras entre um e outro domínio, altero minha posição em reação a interlocutores situados no espaço público. (GONÇALVES, 2002, p. 121 e 122).

A partir da interpretação do fragmento fica mais claro a distinção entre patrimônio cultural material e imaterial. Sendo patrimônio imaterial descrito pela UNESCO como:

O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes. (UNESCO, 2017, p. 1).

Por estar em constante mutação e multiplicação de portadores, este acabou por se tornar vulnerável, sendo necessário que a comunidade internacional adotasse a Convenção para Salvaguarda Cultural Imaterial em 2003.

## 2.1 Riqueza cultural do Centro Histórico de São Luís

O centro histórico de São Luís é um local que apresenta fortes elementos da cultura popular maranhense, principalmente por suas festividades e culinária, sendo estas ligadas com a tradição de seus ancestrais, ligando o individual com o coletivo.

Os intelectuais do século XX passaram a pensar além da conservação do patrimônio arquitetônico (material), deram importância para o valor histórico cultural disposto nessa localidade, importância cultural essa que ajudará a capital maranhense a sair de um dito “esquecimento”, proveniente do abandono do centro antigo de São Luís, para que seja novamente reconhecida por seu rico acervo arquitetônico colonial e sua diversidade cultural. Segundo Luciana de Ericeira de Paiva o patrimônio cultural

relaciona-se com a conservação do seu valor simbólico. A preservação do patrimônio cultural significa a manutenção da identidade de um povo.

Toda essa diversidade cultural é proveniente de uma sociedade multifacetada, com costumes e características diferentes que se consolidaram gradativamente com o passar dos tempos e com suas diferenças simbólicas que antes eram motivo de tensões entre esses povos, como podemos observar no fragmento abaixo:

[...] a conjuntura entre a propugnada fundação francesa de São Luís, com o empreendimento colonial português e os elementos culturais de matriz indígena ou afrodescendente constrói uma narrativa cuja estrutura simulada resolve simbolicamente contradições socioculturais dramaticamente persistentes; contradições essas que implodem em novas fronteiras, tensões e disputas simbólicas em torno dos usos e sentidos atribuídos ao “ser Centro Histórico”, “ser patrimônio da Humanidade” e ao lugar como espaço público. (PACHÊCO FILHO, 2014, p.328).

Então podemos compreender o Centro Histórico de São Luís como um lugar de grande riqueza cultural, tanto no que diz respeito as festividades, quanto a questão da culinária local, sendo esta também proveniente de uma sociedade multifacetada, dando cada uma sua devida contribuição.

No centro antigo da capital maranhense temos a Feira da Praia Grande, antigamente chamada de Casa das Tulhas, localizada entre as ruas Portugal e Estrela, que durante parte do período colonial foi um importante centro comercial, de saída e chegada de produtos. Era nesse polo que a elite vendia seus produtos para outras partes do país e do mundo.

Com fim da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, o declínio agrícola que o país e a capital maranhense passaram no final do período colonial, a mudança do comércio para outras áreas da cidade e por falta de investimento econômico por parte do Estado, a Feira da Praia Grande, acabou por ficar em uma situação de “abandono” em meados do século XX, tendo sua estrutura física amplamente danificada. Antes das práticas preservacionistas e ações restauradoras, a Casa das Tulhas encontrava-se completamente diferente de sua situação original, como podemos perceber no fragmento abaixo:

Hoje, a Feira da Praia Grande, em termos de espaço físico, bem como as demais características comerciais, encontra-se aquém das pioneiras, quando aquele logradouro era denominado de Casa da Praça. Toda a área que compreende o quarteirão inteiro, central do antigo Largo do Comércio, agora cheio de casas comerciais, ilhando, desse modo, a Feira. Com isso, através dos tempos diversos foram as formas arquitetônicas que já teve aquele

mercado motivado pelo avanço dos estabelecimentos comerciais na ex-área externa onde havia os boxes, hoje comércio em geral, reduzindo consideravelmente, ainda mais, o espaço da Feira. Sua área atualmente é de, mais ou menos, hum mil e quinhentos metros quadrados, possuindo uma forma arquitetônica bastante heterogênea. Na verdade, a Feira está abafada, havendo apenas um único fluxo de trânsito aos consumidores. Quem entra, geralmente segue direto até à saída, ficando as laterais sem percurso na mesma intensidade que o centro. Isso porque as laterais externas foram fechadas, existindo apenas a entrada principal (REIS, 1982, p. 48).

A citação possibilita o entendimento de algumas mudanças ocorridas nesse largo comercial, mudanças essas motivadas por conta dos avanços dos estabelecimentos comerciais e que acabou por transformar essa feira em um local abafado.

A Casa das Tulhas enfrentou outros problemas além dos estruturais, tais como, de limpeza e saneamento fatores esses que durante muito tempo desviaram o fluxo de pessoas desse centro comercial:

[...] o saneamento total da Feira é, por demais precário, visto que não dispõe de um sistema de esgoto, nem tão pouco de uma coleta regular de lixo nos seus diversos boxes. Acrescenta-se, ainda, a colocação indevida de aves e animais no seu percurso, muitas das vezes interditando a passagem do consumidor, além de sujarem com dejetos, ocasionando mau cheiro. Existem apenas dois banheiros públicos, os quais são denominados de privadas, com afixação de placa e tudo mais. Entretanto, acham-se em péssimas condições de asseio. (REIS, 1982, p.55)

Com a disposição de todas essas informações podemos perceber que o largo comercial da atual Feira da Praia Grande enfrentava problemas graves, no que tange a questão estrutural e de saneamento, problemas esses que foram responsáveis para que a mesma estivesse dentro do plano de restauração dos bens do centro histórico de São Luís.

No que diz respeito aos produtos vendidos na Feira da Praia Grande temos uma variedade de produtos, vindos de diversas partes do estado, mas principalmente da baixada maranhense, tais como bebidas, frutas, animais, produtos de religiões de matriz africana, no caso à umbanda, cujos produtos como: perfumaria, defumadores para banhos, existia também uma outra alternativa de comércio que era praticado nas calçadas pelo vendedores ambulantes, com o intuito de expor melhor seus produtos que eram os brinquedos, redes, artesanatos, dentre outros. Dessa forma percebemos que o mercado da Praia Grande tinha uma heterogeneidade de produtos e que mesmo com problemas estruturais conseguiu permanecer lá, os mesmos são oriundos das práticas culturais da população.

Durante a década de 1980 a Feira da Praia Grande passou por um processo de restauração, que é considerada a principal obra de restauração, realizada pelo PPRCHSL (Programa de Preservação e Restauração do Centro Histórico de São Luís), a escolha da Casa das Tulhas se deu por dois motivos principais, seu valor econômico, gerando empregos e conseqüentemente renda e por ser valor histórico, devido tudo que ela representou e representa tanto para todos os ludovicenses, mas principalmente, para sua comunidade local.

Após a restauração da Feira da Praia Grande (Figura 04), está passou a ser representada para além de patrimônio material (valor arquitetônico), passou a ser reconhecida também por patrimônio imaterial (por seu rico valor cultural).

**Figura 04 - Feira da Praia Grande.**



**Fonte:** o imparcial.com.br – O Imparcial 04 de março de 2018.

Através da imagem podemos perceber um elo entre o acervo arquitetônico da Feira da Praia Grande e sua diversidade cultural oriunda dos produtos ali existentes, que fazem desta um lugar procurado por turistas que buscam a capital maranhense, por conta do seu grande valor material e imaterial.

As casas de cultural popular e os diversos museus presentes nessa região são fontes marcantes da diversidade cultural, seja ela folclórica ou artesanal, que acabam por contar um pouco sobre a história do povo que construiu e contribuiu para a história do Maranhão e do Centro Histórico de São Luís.

O centro histórico de São Luís é um importante lugar que mostra a especificidade da cultura popular maranhense, proveniente da mescla de etnias (branco, negro e índio). A cultura popular, e conseqüentemente, sua diversidade ficam mais aflorada em algumas épocas do ano, a exemplo do período carnavalesco e junino.

O antigo centro ludovicense, e a grande ilha, no mês de fevereiro explodem com a alegria do carnaval, inúmeras são as brincadeiras nesses períodos, tais como: fofões, corsos, tambores de crioula, blocos, tribos, dentre outros, que desfilam pelas ruas do centro histórico levando diversão para os foliões. Como podemos observar na imagem a seguir:

**Figura 05** - Passagem de um bloco pelas ruas do centro histórico.



**Fonte:** <https://www.encantesdonordeste.com.br/cultura-do-maranhao>.

Assim como acontece no mês de fevereiro, o mês de junho também é agitado na capital maranhense, principalmente no entorno ao antigo centro, os festejos juninos mostram as manifestações populares (culturais), que invadem ruas e avenidas, praças e palcos, dando outro colorido para a cidade.

No mês de junho se comemora o dia de alguns santos católicos Santo Antônio, São Benedito, São Gonçalo, São Marçal e São Pedro e essas comemorações acabam por se misturar aos ritmos, sons, passos e uma variedade de indumentárias. O bumba meu boi, ou boi bumbá, é uma dança tradicional brasileira típica das regiões norte e



nordestes. O bumba meu boi foi incluído na lista de patrimônio cultural brasileiro pelo IPHAN. Sua origem é europeia, das tradições luso- ibéricas do século XVI, que foi inspirada em comédias populares italianas e inglesas (IPHAN, 2011).

A manifestação chegou ao Brasil trazidas pelos portugueses e foi se modificando, adquiriu aspectos da cultura indígena, e africana. Foi durante o período colonial com a escravidão e a criação do gado que a brincadeira assimilou outras práticas. No Nordeste essa história foi inspirada na lenda da mãe Catirina e Pai Francisco (Chico), que quando a mesma está grávida sente desejo em comer língua de boi, e para satisfazer a vontade da esposa, Chico mata um dos bois do rebanho de uma fazenda em que ambos trabalhavam, que era um dos preferidos do fazendeiro.

Ao notar a falta no animal o fazendeiro faz com que todos saiam a procura do mesmo, que em umas das versões da história é encontrado quase sem vida, mas com a ajuda de um curandeiro ele se recupera, em uma outra versão o boi já é encontrado sem vida e com um auxílio de um pajé, ele ressuscita, dessa maneira a lenda está associada a um milagre ao trazer de volta o animal a vida. Através do entendimento da lenda podemos perceber claramente os elementos indígenas e africanos, a exemplo do curandeiro, e pajé. Sendo a festa dedicada à comemora esse milagre.

O bumba meu boi aqui possui vários sotaques (ritmos musicais) diferentes: Matraca, Orquestra e Zabumba, cada um desses sotaques tem influências musicais de regiões diferentes do estado e do país, valorizando ritmos e instrumentos diferentes. No estado do Maranhão os ritmos de maior sucesso são os de Matraca e Orquestra, levando uma grande quantidade de brincantes para as ruas, principalmente para as ruas do centro histórico de São Luís, como podemos observar na imagem a seguir:



**Figura 06** - Festa dos miolos de bumba boi no centro histórico de São Luís.



**Fonte:** oimparcial.com.br – O Imparcial 10 de julho de 2015.

Além do bumba meu boi, no mês junino temos também outras danças populares, como: dança do lêle, portuguesa, do coco, cacuriá e tambor de crioula.

O tambor de crioula segundo o IPHAN, no Maranhão é uma forma de expressão de matriz afro-brasileira, que envolve dança circular, canto e percussão dos tambores, podendo ser ao ar livre em praças, no interior de terreiros, ou associada a outras manifestações. No tambor de crioula as mulheres dançam em círculo e livres, com o canto e a percussão dos tambores, essa é uma dança praticada em quase todos os municípios do Maranhão, e é realizada especialmente a São Benedito. Esse ritmo no ano de 2007 foi inscrito no livro das Forma de Expressão, sendo esta considerada um bem imaterial e que deve ser preservada.

**Figura 07 -** Tambor de Crioula no Maranhão.



**Fonte:** <https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/63/>

Durante todo o ano, no entorno do centro histórico de São Luís, podemos observar a prática dessa manifestação cultural, que junto a várias outras manifestações, trazem para esse local uma diversidade popular e cultural grandiosa e significativa para que a capital maranhense recebesse o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, possibilitando o aumento de turistas na capital ludovicense.

Vale ressaltar que a concessão desse título contribuiria sim para o aumento de turistas na capital, porém nem sempre tão significativo, uma vez que as manifestações culturais maranhenses agradam bem mais o povo local, que vão para rua admirar suas maravilhas.

### 3 O PATRIMÔNIO ENQUANTO PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MATERIAL E IMATERIAL.

#### 3.1 O programa de preservação e restauração do Centro Histórico de São Luís do final da década de 90 que almejam desenvolvimento

O centro histórico da capital maranhense passou por uma série de tombamentos, por parte do Governo do Estado, da União e por fim pela Unesco, como já foi explicado anteriormente. Vários eram os discursos preservacionista do século XX, impulsionado pelos intelectuais da época, que estavam preocupados em resguardar as riquezas patrimoniais do centro antigo de São Luís. Sentimento esse que estava atrelado com o discurso de desenvolvimento econômico propagado pelo governo.

Podemos entender acerca da I Convenção sobre o Projeto Praia Grande que fora promovida pelo Governo do Estado, com apoio do IPHAN, pautava-se de acordo com Andrès (2012), em 11 políticas<sup>5</sup>:

- Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico.
- Intensificar as atividades de assistência e promoção social e priorização ações de fomento a geração de emprego e renda.
- Apoiar a instalação de centros profissionalizantes.
- Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e difusão cultural bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área.
- Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-o à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.

---

<sup>5</sup> Refere aos tópicos retirados ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **São Luís - Reabilitação do Centro Histórico- Patrimônio da Humanidade**. São Luís, 2012, p.73 e 74

- Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.

- Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e redes viárias, de forma a beneficiar a população residente e usuários, proporcionando ademais uma ocupação coerente e diversificada do Centro Histórico.

- Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga.

- Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico.

- Garantir um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

- Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais nos planos de governo estadual e municipal.

Através desses tópicos pode-se fazer uma análise acerca de como seria pautado o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, priorizando questões voltadas para o desenvolvimento econômico, cultural e social da cidade, dando subsídios básicos, principalmente, para os moradores da região.

O Programa de Preservação e Restauração do Centro Histórico de São Luís, era composto de onze subprogramas<sup>6</sup>. Eles eram divididos da seguinte maneira:

- Subprograma de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís;
- Subprograma de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico;
- Subprograma de Recuperação da Infraestrutura e Serviços Públicos;
- Subprograma de Prédios Públicos no Centro Histórico;
- Subprograma de Incentivo às Atividades de Turismo Cultural;

---

<sup>6</sup> ANDRÈS, 2012, p. 74-76

- Subprograma de Revitalização das Atividades Portuárias;
- Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano;
- Subprograma de Recuperação da Arquitetura Industrial;
- Subprograma de Gerenciamento, Planejamento e Administração;
- Subprograma de Pesquisa e Documentação;
- Subprograma de Editoração e Divulgação.

A implementação do PPRCHSL deu-se em seis etapas, que vão desde 1979 a 2006, passando por períodos de governo diferentes e essas mudanças administrativas, ocasionaram algumas vezes descontinuidade do projeto original, pode-se observar que a maior etapa se deu de 1995 a 2002, durante os dois mandatos da governadora Roseana Sarney, fato que gerou garantias e continuidades dos projetos, Andrès (2012).

O primeiro coordenador geral deste projeto foi o arquiteto Ronald de Almeida Silva, que deixou o posto em 1981 após realizar um trabalho importante, que se trata de um sonho pessoal.<sup>7</sup> Fazia parte desse projeto também Aloísio Magalhães, que era representante do IPHAN, e quem ocupou o cargo de diretor deste projeto foi o advogado e escritor Ivan Sarney Costa, que criou a Sociedade dos Amigos de São Luís e Alcântara, Andrès (2012).

O Programa de Preservação e Restauração do Centro Histórico de São Luís, tinha sua comissão composta por três níveis de governo, de órgãos envolvidos nesse projeto, bem como representantes da sociedade civil.

A primeira etapa nos anos de 1979-1983 o governador João Castelo, tomou o bairro da Praia Grande como área piloto, por conta de todo seu valor histórico. Àquela altura estava demasiadamente depredado e que durante o século XVIII, já havia sido um importante centro comercial de exportação e importação de produtos, porém no século XX o bairro foi “perdendo” suas características de espaço comercial por conta de uma crise econômica que afastou moradores e comerciantes dessa área. Por outro lado, a expansão da cidade proporcionou o surgimento de novas áreas comerciais (ANDRÈS, 2012).

Segundo Andrès as primeiras obras desse projeto passavam pela feira da Praia Grande, juntamente com a participação da comunidade, Albergue dos Voluntariado

---

<sup>7</sup> Realizar um curso de mestrado em planejamento urbano na universidade de Edimburgo na Escócia, com uma bolsa do Conselho Britânico. (ANDRÈS, 2012, p. 84)

de Obras Sociais – VOS, praça da Praia Grande, Beco da Prensa, dentre outras obras de urbanização envolta desta área. Estas foram tomadas como ponta pé inicial dessa etapa por conta da magnitude de valor histórico e econômico na perspectiva de um retorno financeiro expressivo para o estado através do turismo.

A segunda etapa nos anos de 1983-1987 no governo de Luís Rocha, nesse período o governo do estado estava focando seus investimento com maior intensidade no interior do estado, deixando para a prefeitura municipal os investimentos para área do Centro Histórico, conseqüentemente houve uma diminuição de investimentos para essas obras, e essa etapa limitou-se ao estudos e elaboração de pesquisas mais detalhadas, tais como: Pesquisa Socioeconômica, Projeto de Microfilmagem e Transcrição Paleográfica dos Livros da Câmara de São Luís dos Séculos XVII, XVIII e XIX, Projetos de Embarcações do Maranhão (Convênio FINEP/SEPLAN-MA), e Projeto Sítio do Físico (Convênio FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)/SEPLAN-MA (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento).

A terceira etapa nos anos de 1987-1991 no governo de Epitácio Cafeteira, o projeto teve sua nomenclatura alterada, para Projeto Reviver, o então governador da época fez algumas alterações do projeto original dando uma roupagem um pouco diferente, pensava-se nessa etapa em construção de praças e jardins, restauração de becos e escadarias, criação de vias exclusivas para pedestres (ANDRÈS, 2012), além de retirar do Centro Histórico elementos que os descaracterizavam, tais como: fiações e placas.

As obras desta etapa passavam pela Reconstrução da Escadaria da rua Humberto de Campos, Convento das Mercês, Fábrica Cãnhamo<sup>8</sup>, Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, Museus de Artes Visuais, e Restaurante-Escola do SENAC.

A quarta etapa ocorrida nos anos de 1991-1995 no governo de Edison Lobão, foi realizado o projeto de Habitação do Centro Histórico, tendo também uma continuidade dos investimentos voltados para as obras de restauração para as edificações de valor histórico. Os projetos dessa etapa passam pela restauração do Teatro Arthur Azevedo, Fábrica do Rio Anil, e Mercado do Peixe no Portinho.

---

<sup>8</sup> Localizada no bairro da Madre Deus, com 6.000 m<sup>2</sup> de área construída, foi inteiramente restaurada e adaptada para o funcionamento de um moderno Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular- CEPRAMA[...] (ANDRÈS, 2012, p.105).

A quinta etapa nos anos de 1995-2002 no governo de Roseana Sarney, sendo mais duradoura, por conta da sua reeleição ao governo do estado e, conseqüentemente foi a que teve mais empreendimentos e ações contínuas. Nessa etapa foram verificadas pela primeira vez obras obtidas por financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e PRODETUR (Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo), (ANDRÈS, 2012), a respeito desse investimento o jornal *O Imparcial*, destaca:

A prefeitura municipal de São Luís afirma que vai participar ativamente na discussão e implementação dos programas de recuperação do Centro Histórico, que serão viabilizados através dos recursos do Programa Prodetur, a cargo da Secretaria de Estado da Cultura. Buscando uma maior interação entre órgãos estaduais, responsáveis pela execução destes programas, o prefeito Jackson Lago esteve reunido, na última quinta-feira com o secretário de cultura do estado, Dr. Eliézer Moreira, com o presidente do Instituto de Planejamento Municipal, Gustavo Marques, com o Secretário Municipal de Transporte Pádua Nazareno e técnicos do estado. “A prefeitura quer assumir seus deveres e direitos na recuperação de nosso Patrimônio Histórico”, declarou o prefeito. (O IMPARCIAL, 5 de outubro de 1997, p.14)

A partir da análise do fragmento podemos observar a tomada de postura por parte da prefeitura municipal de São Luís, implementando programas voltados para recuperação do Centro Histórico.

Acerca dos convênios que iram garantir a recuperação da área do Centro Histórico, o Governo do Estado irá investir R\$ 66 milhões, como destaca o jornal *O Estado do Maranhão* destaca:

[...] O Governo do Estado deverá assinar até a próxima semana o convênio que viabilizará a execução do projeto de instalação de rede subterrânea de energia elétrica da área do Centro Histórico de São Luís [...]. As obras de infra-estrutura urbana do Desterro fazem parte dos programas BID/Prodetur e BID/Cultura que visam a recuperação do Centro Histórico. A licitação para os trabalhos da rede anunciada ainda este mês, segundo adiantou o secretário de Estado da Cultura, Eliézer Moreira. (O ESTADO DO MARANHÃO, 5 de outubro de 1997, p.2).

As obras desta quinta etapa passam pelo projeto de São Luís Patrimônio Mundial, com intensivas ações voltadas para essa inclusão, PRODETUR, Cais da Praia Grande- Terminal Hidroviário do Centro Histórico, Rede Elétrica Subterrânea, Rede de Telefonia Subterrânea, Sistema de Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto e Drenagem, Calçamento de Ruas e Passeios, Estação de Tratamento de Esgoto do Rio Bacanga, Urbanização do Portinho, Restauração de Edificações, Escola de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, Escola de Música – Lilah Lisboa, Centro

de Capacitação Tecnológica, Instalação de Centros Culturais, CEDUC, Solar de Vasconcelos, Projeto Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, Viva Cidadão, Diversas Praças e Igrejas, dentre outros projetos (ANDRÈS, 2012).

A sexta e última etapa nos anos de 2002-2006 no governo de José Reinaldo Tavares, nessa etapa houve a conclusão das quatro obras de imóveis que estavam incluídos no PPRCHSL, porém nota-se nesta etapa uma diminuição dos investimentos voltados para recuperação de imóveis no entorno do Centro Histórico, essa diminuição pode estar atrelada ao fato de São Luís já ter sido coroada como Patrimônio Mundial da Humanidade, porém é necessário lembrar que a capital maranhense deve continuar a preservar seus bens para que não perca o título.

As quatro obras finalizadas foram, Sede da Univima- Universidade Virtual do Maranhão, Centro Estadual de Educação Profissional de São Luís, Escola de Enfermagem do SUS, e Sede da Aliança Francesa do Maranhão, houve ainda o Projeto do Estaleiro-Escola/Sítio Tamancão e restauração na Pousada do Largo do Comércio.

Concluídas as seis etapas pode-se observar que esses investimentos e obras realizadas foram pensadas para além do preservar puramente por conta do valor histórico, está parcialmente ligada com o desenvolvimento econômico por assim dizer do Centro Histórico de São Luís e conseqüentemente com o desenvolvimento econômico do Estado do Maranhão. Estado esse que passou a incentivar tanto o turismo comercial, quanto o turismo cultural, como forma de estimular a economia local.

### 3.2 Os discursos dos jornais quanto ao turismo cultural

Os periódicos da época "*O Estado do Maranhão*" e "*O Imparcial*" que foram consultados durante essa pesquisa noticiaram bastante acerca do processo de tombamento de São Luís como patrimonial mundial da humanidade, e como esse tombamento impactaria no turismo cultural, trazendo para o Estado do Maranhão um retorno financeiro.

Esses periódicos noticiavam o processo de patrimonialização do centro antigo de São Luís, mostrando os investimentos de revitalização voltados para o mesmo.



Sendo necessário outros investimentos para que a capital estivesse pronta para receber seus turistas, “sem fazer feio. ”

Analisando os periódicos e as propostas de preservação elaborados visando o título da UNESCO, podemos perceber que o turismo cultural é defendido como prática revitalizadora, que traria bons frutos para o estado.

Colocando em contraponto os dois jornais trabalhados observa-se que ambos concordavam que após a concessão do título para São Luís de Patrimônio Mundial da Humanidade, o setor turístico seria impulsionado, porém vale ressaltar a preocupação em não decepcionar seus turistas. Como podemos observar na figura abaixo:

**Figura 08** - Receio em decepcionar os turistas.



**Fonte:** O Imparcial – 06 de outubro de 1997.

Ao analisar a imagem podemos concluir que satisfazer o turista implicava ter estrutura hoteleira e atividades culturais. Principalmente, manifestações populares e culinária regional.

O jornal *O Imparcial* noticiava sobre a capital não decepcionar seus turistas:

A possibilidade de São Luís vir a ser considerada pela Unesco Patrimônio Cultural da Humanidade se apresenta aos empresários de Turismo uma

excelente oportunidade de reversão do quadro em que se encontra o setor. A cidade continua fora do roteiro das grandes agências nacionais e o movimento de estrangeiros ainda é insignificante, em comparação aos números exibidos por outras capitais nordestinas, principalmente Fortaleza-CE, Maceió-AL e Salvador-BA, as que mais atraem visitantes. (O IMPARCIAL, 6 de outubro de 1997, p.1).

Através dessa citação pode-se perceber que existia um desejo muito forte da capital maranhense ser reconhecida com patrimônio cultural e que além dos intelectuais da época que estavam preocupados em resguardar a riqueza histórica, exigia-se que a cidade tivesse um setor hoteleiro comparável ao de outros estados do Nordeste.

Na mesma matéria o jornal *O Imparcial* destaca o receio por parte do Sindicato dos hotéis, bares e restaurantes de São Luís, em perder mercado para outros empreendimentos de grande porte que estavam surgindo na ilha:

O presidente do Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurante de São Luís, Fernando Rocha, diz que o setor de hotelaria está passando por um momento de contradição, pois ao mesmo tempo em que se registra uma grande ociosidade nas empresas do setor anuncia-se a inauguração de novos empreendimentos de médio e grande portes na cidade. Em 1998 deverão ser inaugurados mais dois hotéis na praia de Ponta d' Areia, um cinco estrelas (Rio Poty) e um outro de três estrelas. Há também projeto para praia do Calhau. [...]O que é preciso fazer é formar uma consciência sobre a necessidade de tudo que já foi edificado e/ou recuperado seja preservado, função que não é só do Estado, mas da sociedade em geral (O IMPARCIAL, 6 de outubro de 1997, p.1).

Através desse fragmento podemos observar dois pontos de investimentos. O Centro Histórico de São Luís e a orla (Ponta da Areia, e Calhau), com hotéis e restaurantes, mostrando que os investimentos não estavam somente voltados para o Centro Histórico ludovicense. Pode-se observar o grande lance da restauração, os investimentos em imóveis, esse que foi o outro lado do investimento em turismo:

Fernando Rocha acha que chegou o momento de profissionalização do turismo. "Nós estamos sempre reclamando da falta de divulgação, mas temos que nos render ao fato de que não apenas o Governo deve assumir essa responsabilidade, mas principalmente aqueles que irão lucrar com a vinda dos visitantes" frisou, acrescentando que hoteleiros, donos de restaurantes, promotores de eventos, agentes de viagem etc têm de fazer um esforço para vender positivamente o Maranhão. (O IMPARCIAL, 6 de outubro de 1997, p. 1).

Com este fragmento é possível observar que a preservação está para além do Estado, sendo necessário que a população faça sua parte, assim como para o

desenvolvimento do turismo é necessário também uma participação mútua entre os diversos segmentos que englobam esse setor.

A Maratur (Empresa Maranhense de Turismo), investiu em uma campanha voltada para desenvolver o setor turístico da cidade, campanha essa que seria baseada na concessão do título à São Luís de Patrimônio Mundial da Humanidade. O trabalho consistiria em divulgar a cidade para o ano de 1998, em diversos setores do país e da própria capital maranhense. Como podemos observar no fragmento abaixo:

A Maratur está empenhada ainda em um projeto de sensibilização nas escolas. Desde o mês passado está mostrando a beleza arquitetônica e do patrimônio natural de São Luís a professores da rede pública de ensino. Em março, o projeto vai envolver sete instituições e oito mil estudantes de escolas estaduais. "O título de patrimônio da humanidade é uma conquista para o estado e temos que valorizar e manter o acervo preservado", declarou. A idéia é fazer com que os ludovicenses também conheçam a cidade, sua história, arquitetura, detalhes. (O ESTADO DO MARANHÃO, 5 de dezembro de 1997, p.1).

Analisando este fragmento pode-se observar a preocupação por parte do Governo do Estado, na figura da Maratur em mostrar as belezas arquitetônicas e culturais do Centro Histórico de São Luís, selecionamos para preservação segundo o posicionamento dos jornais.

Mesmo com a concessão do título, a capital maranhense não poderia parar com os investimentos voltados para a preservação e conservação do centro antigo da cidade, projetos estes que são voltados para as atividades culturais e comerciais, como podemos observar no fragmento abaixo:

São Luís transformou-se em patrimônio da humanidade num momento bom, em que o BID e o Ministério da Cultura estão com um projeto de financiamento que beneficiará cidades com o perfil da capital maranhense. Quem deu a notícia foi o arquiteto e diretor do departamento de projetos especiais da Secretaria de Cultura, Frederico Lago, lembrando que o projeto está apenas em fase de apreciação, mas ao que tudo indica, será aprovado. "O projeto prevê a revitalização do centro histórico não só através de atividades culturais, como de retorno às atividades de comércio (serviços, escritórios e abertura de diversão para o turista no fim de semana) naquele espaço. O valor do recurso está estimado em 12 milhões e no projeto está previsto o retorno, haja visto, que o centro histórico deverá criar independência e gerir-se sozinho, sem recursos do poder público", revela Frederico Lago. O projeto é pioneiro no Brasil e abrange um conjunto de cidades importantes histórica e culturalmente para o mundo (São Luís, Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto e Rio de Janeiro). A eficácia do projeto já foi comprovada com a aplicação do mesmo em Quito, capital do Equador, há cerca de seis anos. Aqui, os recursos seriam geridos por um fundo formado pela prefeitura, governo estadual e iniciativa privada. (O IMPARCIAL, 7 de dezembro de 1997, p.1)

O título de Patrimônio Mundial da Humanidade colocará São Luís no caminho das cidades mais visitadas por turistas de todo o mundo, seja para conhecer a rica diversidade cultural, seja para conhecer o rico acervo arquitetônico que ostenta o Centro Histórico da cidade, gerando grandes expectativas de crescimento econômico para o futuro (O IMPARCIAL, 1997).

O jornal *O Estado do Maranhão* destaca em uma matéria que o Centro Histórico será considerado polo do turismo cultural e do lazer. Pensamento esse partilhado pela governadora do Estado Roseana Sarney. Segundo ela as consequências dos projetos implementados nessa localidade, iram ocasionar formas tradicionais de geração de emprego e lazer:

As consequências imediatas do programa de obras planejadas serão, de acordo com a governadora, a reativação das formas tradicionais de geração de emprego e renda, através do incentivo da pesca artesanal e à produção de embarcações artesanais; o aumento da qualidade de vida dos trabalhadores e das populações residentes nas áreas de intervenção; o incentivo às atividades de turismo cultural e de lazer, "vocaçao inequívoca do centro histórico". (O ESTADO DO MARANHÃO, 11 de dezembro de 1997, p.3)

Com a possível concessão do título de Patrimônio Mundial da Humanidade para São Luís, não só o estado Maranhão e o Brasil estavam em festa, várias delegações latino-americanas demonstraram apoio ao governo maranhense, como pode-se observar no fragmento abaixo:

Embora não conheça São Luís, estou impressionado com o seu grande valor arquitetônico e cultural demonstrado ao longo de todo esse processo, como uma vez mais se constatou na reunião de Nápoles, graças à excelente apresentação dos técnicos maranhenses", disse Maurício Montalvo, delegado do Equador junto à Unesco em Paris. (O ESTADO DO MARANHÃO, 5 de dezembro de 1997, p.7)

Os diversos segmentos da sociedade ludovicense estavam otimistas quanto ao crescimento do turismo para os anos seguintes, pois após a concessão do título, São Luís deixaria de ser uma cidade como outra qualquer, para ser referencial para o mundo inteiro, tanto por sua diversidade cultural quanto por seus casarões imponentes que enriquecem a grande ilha. Espera-se para os meses de julho e dezembro um aumento considerado no número de turistas que iram escolher São Luís como local de férias, sendo necessário que a cidade estivesse pronta para receber

seus turistas bem como a população ludovicense reconheça o valor de seus casarões (O IMPARCIAL, 1997).

Naturalmente teremos mais turistas apreciando esse conjunto arquitetônico que é único, o que deixará seu povo mais orgulhoso e esperançoso de melhores dias. Mas será importante, sobretudo, que o povo da Ilha conheça a história invisível que ainda habita os casarões e compreenda ainda mais o valor que o mundo acaba de reconhecer. (O Estado do Maranhão, 4 de dezembro de 1997, p.7).

Acerca do crescimento do turismo no Estado do Maranhão, o jornal destaca a seguinte matéria:

De acordo com dados da Maratur, mais de 230 mil turistas visitaram São Luís de janeiro a outubro deste ano. O número, mesmo sem contar com os dois últimos meses do ano, já representa 26% a mais que o ano de 96. O setor hoteleiro de São Luís reagiu com otimismo à escolha de São Luís como Patrimônio da Humanidade. Uma pesquisa da Sudene sobre o perfil dos turistas que visitam São Luís prova que os lugares preferidos para passeio são o Centro Histórico, com o patrimônio arquitetônico, e as praias, com as belezas naturais. Em geral, os visitantes chegam de Brasília, São Paulo, Pará e Rio de Janeiro. Segundo a presidente da Maratur, Kátia Lima, eles permanecem cinco dias na cidade, em média; a maioria (mais de 90%) pretende retornar e 30% se hospedam em hotéis, o que representa mais de 70 mil pessoas na rede hoteleira (O ESTADO DO MARANHÃO, 5 de dezembro de 1997, p.1)

A partir da análise desse jornal pode-se observar já no ano de 1997, um crescimento significativo do turismo no estado do Maranhão, e a expectativa era que aumentasse consideravelmente com a homologação do título de Patrimônio Mundial da Humanidade, porém ainda exista reclamações por parte de donos de restaurantes quanto a falta de incentivo.

### 3.2 Comemorações do título de patrimônio mundial da humanidade a medidas conscientizadoras

O Centro Histórico da capital maranhense reúne aproximadamente 3.500 imóveis tombados pelo Patrimônio Nacional, com características coloniais portuguesa, que corresponde a uma área de 60 hectares declarados como patrimônio da humanidade pela Unesco, título esse que foi concedido por seu valor artístico cultural e por sua rica arquitetura. O título é de grande importância para o estado do Maranhão, como declara Adalva Alves Monteiro Presidente da Ocema (Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão), expressou-se sobre a concessão:

O título é muito importante para São Luís e também para o país porque a cidade tem o patrimônio mais rico da América Latina. O título vai ser importante para divulgar ainda mais a cidade, atraindo com isso mais turistas. O que se precisa é oferecer uma infraestrutura para que o turista venha e volte outras vezes. Tudo isso também vai representar mais geração de empregos e melhorias sociais para a cidade (O Estado do Maranhão, 4 de dezembro de 1997, p. 8).

No dia 03 de dezembro de 1997 em Nápoles na Itália, São Luís foi aprovada pela Unesco por unanimidade, como a quarta cidade histórica brasileira considerada patrimônio da humanidade, título esse que fora concedido para poucas cidades do mundo inteiro. Título foi oficializado no dia 6 de dezembro do mesmo ano.

Os jornais divulgam que a cidade estava em festa e orgulhosa com a concessão do título, São Luís passaria a ser admirada não só pelo Brasil como pelo mundo inteiro e valorizada pela Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (UNESCO), preservar São Luís passaria, segundo os jornais a ser uma tarefa compartilhada pelo mundo inteiro.

Como forma de celebrar o título o governo do estado realizou algumas celebrações comemorativas. A casa da moeda homenageou São Luís lançando medalhas comemorativas, em ouro, prata e bronze.

**Figura 9** - Medalha comemorativa do título concedido à São Luís



**Fonte:** O Estado do Maranhão – 3 de dezembro de 1997.

Na medalha ilustrava, a parte superior está o título Patrimônio da Humanidade, logo embaixo uma imagem da cidade de São Luís que retrata uma igreja e em sua parte inferior o ano que foi concedido o título para capital maranhense.

A casa da moeda no ano de 2004 prestou uma outra homenagem para São Luís, como forma de celebrar o título de Patrimônio da Humanidade, desta vez lançou moedas comemorativas:

**Figura 10** - Moeda comemorativa do título de Patrimônio concedido à São Luís.



**Fonte:** [http://www.bcb.gov.br/htms/mecir/mcomemor/mc\\_comemorativa.asp](http://www.bcb.gov.br/htms/mecir/mcomemor/mc_comemorativa.asp)

Vemos na moeda a percepção do patrimônio material e imaterial, azulejos e o bumba boi, que fazem parte da história patrimonial do Maranhão.

Além de ser homenageada pela casa da moeda, São Luís, recebeu outra homenagem, o poeta Nonato Buzar fez uma música à pedido da governadora do estado Roseana Sarney, para celebrar o título de Patrimônio da Humanidade, música essa feita com o intuito de agradar todo o povo maranhense:

### Figura 11 – Música de Nonato Buzar

O maranhão está contente  
 Por que São Luís é Patrimônio da Humanidade  
 Mais uma estrela que surgiu  
 iluminando a cultura do Brasil  
 São Luís, parabéns, São Luís  
 Terra de poetas, casarões,  
 Bumba meu boi e céu anil  
 São Luís, parabéns, São Luís  
 Como te amamos, oh! ilha morena do Brasil  
 E quando o dia amanhece em meio às ondas  
 que espumam em nosso mar, surge uma imagem  
 no horizonte, simbolizando o homem branco  
 que chegou para somar  
 E jamais esquecerá a raiz  
 Benção para o índio, para  
 o negro lutador e tão gentil  
 São Luís, parabéns, São Luís  
 Como te amamos, oh! ilha morena  
 do Brasil.

Fonte: O Imparcial, 9 de dezembro de 1997, p 1

Analisando a música em louvor a concessão do título de Patrimônio da Humanidade concebido para São Luís, observa-se para além do intuito de celebração da festa, pode-se notar que a música destaca a misigenação desse povo fez/faz parte da história ludovicense.

Dando continuidade as comemorações e homenagens que São Luís recebia, era necessário se pensar em ações conscientizadoras, para que a capital maranhense honrasse o título recebido pela Unesco, foi criado então uma cartilha para São Luís. Cartilha essa que fez parte das múltiplas comemorações adotadas pela capital.

A cartilha foi lançada pelo prefeito Jackson Lago, e é uma espécie de guia para se entender melhor São Luís, feita para sensibilizar a população a proteger e conservar o acervo arquitetônico colonial. A cartilha foi elaborada de uma forma didática e com uma linguagem acessível para todos os públicos para que todos pudessem conhecer a cidade.

O guia contém informações gerais, traz perguntas e respostas acerca do título de patrimônio histórico, o que ele significa, o que é patrimônio cultural da humanidade, os benefícios que esse título trouxe para o estado, o que é tombamento, o que pode ser tombado, o uso e a restauração dos móveis, o incentivo fiscal e a preservação dos bens culturais, entre outras informações.



Percebe-se que além do lançamento das medalhas, da criação da música feita por Buzar e da cartilha conscientizadora, foram realizadas várias outras atividades paralelas para celebrar o título recebido.

Ainda como parte da programação comemorativa, está sendo realizada no Campus do Bacanga, na Universidade Federal do Maranhão, a I Mostra de Arte Efêmera, que recebeu a inscrição de 26 artistas maranhenses. As obras estão expostas nas áreas de vivência das cinco unidades de estudo do campus e passarão pelo crivo de um júri, que avaliará criteriosamente cada uma delas. Os três melhores trabalhos serão premiados. A premiação será em passagem aérea com roteiros para Recife, Natal e Fortaleza, para o primeiro, segundo e terceiro colocados, respectivamente. Como parte das comemorações organizadas pela prefeitura, entidades públicas e da sociedade de civil, as quais prosseguem até dia 28, ontem o prefeito abriu e fez palestra no Seminário sobre Patrimônio Histórico e Cultural, no auditório do Ipam. (O Imparcial, 11 de dezembro de 1997, p.1)

Através desse fragmento é possível constatar outras formas de celebração do título de patrimônio da humanidade, que vão desde realização de mostra de arte à realização de um Seminário sobre Patrimônio Histórico e Cultural, que contou com a palestra do prefeito da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho possibilitou o entendimento acerca de como se estabeleceu o processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Luís. Analisamos desde o início, como ocorreu a formação desse núcleo que fora tanto populacional como comercial, graças a Casa das Tulhas que surgiu como polo comercial durante o século XIX, fruto do aumento da lavoura mercantil e por sua localização privilegiada perto do porto da Praia Grande, facilitando assim o mercado de importação e exportação de mercadorias.

A pesquisa encaminhou-se para uma análise de como a formação arquitetônica dos casarões que compõem o centro antigo ludovicense representam sinal de atraso e estagnação mais que impulsionou a política modernizadora que a capital maranhense almejava. Esta política modernizadora pautava-se na demolição de grandes casarões e solares para alargamento de vias que possibilitariam uma melhor circulação de automóveis. Fato esse que gerou fortes inquietações entre os intelectuais da época que ficaram preocupados com a perda de elementos que compõem a história do povo maranhense, um desses intelectuais foi Antonio Lopes, que levantou a bandeira da valorização patrimonial para demonstrar a impotência dos casarões de São Luís.

No decorrer da pesquisa percebe-se que os tombamento de vários casarões e os discursos preservacionista adotados na capital maranhense, consagrou-se como uma forma de valorização patrimonial, tornando-se mais evidente na década de 1980, em decorrência do programa de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís.

A pesquisa encaminhou-se para o entendimento do Programa de Preservação e Restauração do Centro Histórico de São Luís, iniciado no ano de 1979, na I Convenção da Praia Grande, sendo seu objetivo maior o de preservação e conservação do Centro Histórico ludovicense. Tendo este programa pautado em intervenções físicas, culturais, sociais e econômicas, para em futuro próximo ser utilizado pela população e por turistas.

Também apresentamos que o processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Luís, inclui diversidade cultural encontrada nesse centro, diversidade essa oriunda de uma mesclas de culturas e costumes diferentes que compõem a história de São Luís.

Os frutos da diversidade cultural encontrados na região do Centro Histórico são encontrados principalmente, na atual Feira da Praia Grande, que passou pela reforma do PPRCHSL, pode-se encontrar nos quiosques ali existentes elementos que compõem a cultura popular maranhense, que vão desde de nos elementos da culinária local, ao artesanato.

No Centro Histórico maranhense há manifestação cultural popular e em época específicas do ano tendem a ser mais frequentes as ações dos grupos populares, que promovem festas, a exemplo do carnaval (com os blocos tradicionais na região da Praia Grande, principalmente no bairro da Madre Deus). No São João (trazendo lindas manifestações culturais, a exemplo do Bumba Meu Boi, do tambor de crioula, dentre outras), todos esses elementos expressam um valor significativo não somente para a população local, mas para os turistas que têm o Centro Histórico de São Luís como destino.

No decorrer da pesquisa foi possível analisar os discursos dos jornais (*O Estado do Maranhão e O Imparcial*) em relação a concessão do título de Patrimônio da Humanidade para a capital maranhense. Foi possível encontrar reportagens sobre os investimentos que seriam feitos tanto por parte do governo do estado como pela prefeitura de São Luís, investimentos esses que visavam restauração e preservação do rico acervo arquitetônico que o Centro Histórico de São Luís. Os investimentos não ficaram somente no Centro Histórico, teve-se investimentos para além da Ponte São Francisco, a exemplo da construção de hotéis na Ponta d' Areia e no Calhau.

Percebe-se no decorrer da pesquisa com o discursos dos jornais é constante no que se refere ao retorno financeiro que a capital maranhense teria com a concessão do título, uma vez que aumentaria o número de turistas querendo conhecer a capital maranhense, que deixava de ser uma capital como outra qualquer para ser Patrimônio Mundial da Humanidade, por ser um título concedido para poucas cidades. É nítida a propaganda praticada pelos jornalistas e editores.

A pesquisa possibilitou ainda o entendimento quanto a responsabilidade, atribuída pelos jornais a população. Esta tinha manter a preservação, pois embora o dever de preservar fosse do Estado, ele sozinho não conseguiria. Teria que existir uma relação entre a sociedade civil e o Estado.

Por fim a pesquisa possibilitou entender que para os jornais o título foi recebido com festa por membros do governo e pela população local. Várias foram as formas adotadas para comemorar o título que vão desde lançamentos de medalhas a

seminários explicando a importância que esse título trouxe para capital maranhense. Mas também a criação de medidas conscientizadoras, entre elas a criação de uma cartilha que instruía a população de modo geral a preservar e conservar seu patrimônio.

## REFERÊNCIAS

A coordenadoria de patrimônio cultural da func elabora um roteiro para tratar melhor a cidade: uma cartilha para São Luís. **O Imparcial**. São Luís, p. 1, 11 dez.1997.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Centro Histórico de São Luís - Maranhão: patrimônio mundial**. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **São Luís - Reabilitação do Centro Histórico- Patrimônio da Humanidade**. São Luís, 2012.

Arquitetura e cultura realçam São Luís. **O Estado do Maranhão**. São Luís, p.7, 04 dez.1997.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/ 92 a 53/ 2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/ 94**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL, Decreto Nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. **Lex: coletânea da legislação: edição federal**, Brasília, DF, p. 2, 2000.

BOGÉA, Kátia; *et ali*. **Centro histórico de São Luís, patrimônio mundial**. São Luís, 2005.

CAFETEIRA, Eptácio. **Reviver**. Brasília: Centro Gráfico, 1994.

CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. **Fachada da Inserção: a saga da civilização em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café e Lápis; Editora UEMA, 2012.

**Centro Histórico de SL será recuperado com o Prodetur. O IMPARCIAL**. São Luís, p.14, 05 out. 1997.

**Centro Histórico será Polo de turismo cultural. O Estado do Maranhão**. São Luís, p. 3, 11 dez.1997.

CHAVES, César Roberto Castro. **Educação Patrimonial no Bairro do Desterro: Estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís- MA**. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar Cultural e da Sociedade) - UFMA, São Luís 2012. Disponível em:< -0oo>. Acesso em: 04 out. 2017.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. 3ª edição. Tradução de Luciano Vieira Machado São Paulo: Estação Liberdade, Ed. UNESP, 2001.

Comunidade aplaude decisão da Unesco. **O Estado do Maranhão**. São Luís, p.8, 04 dez.1997.

Convênios garantem recuperação da área. **O Estado do Maranhão**. São Luís, p.2, 05 out.1997.

Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organização a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br). Acesso em: 28 nov.2017.

Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. **Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2018

FONSECA, Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Registro**. 2015. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ARTIGO%20REGISTRO%20pdf.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2018, às 11:10.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

IPHAN. **Cidades históricas; inventário e pesquisa: São Luís**. Distrito Federal: Editora do Senado Federal, 2007.

IPHAN. **Bumba-meu-boi do Maranhão é o mais novo patrimônio cultural brasileiro**. 2011. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1388/bumba-meu-boi-do-maranhao-e-o-mais-novo-patrimonio-cultural-brasileiro>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

KISHIMOTO, Deborah Padula. **A Gestão do Patrimônio: Estratégias da Preservação do Patrimônio Cultural na Cidade de Parnaíba – Piauí**. Dissertação (Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Rio de Janeiro 2012. Disponível em:<<http://www.portal.iphan.gov.br/uploads/.../Dissertação%20Deborah%20Padula%20Kishimoto.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão: corpo e alma**. São Luís: Gráfica Santa Marta, 2012.

LOPES, José Antonio Viana. **São Luís, capital moderna, cidade colonial: Antonio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludovicense**. São Luís: Fundação Municipal da Cultura, 2013.

MARANHÃO. Decreto Nº 10.089 de 6 de março de 1986. **Lex:** coletânea da legislação: edição estadual, Maranhão, 1986.

MARANHÃO, Secretaria da Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico. Bens Tombados no Maranhão - Tombamentos Estaduais, São Luís, 1987.

Maratur vai divulgar título de São Luís: Campanha turística da cidade será baseada no título de Patrimônio da Humanidade concedido pela Unesco. **O Estado do Maranhão.** São Luís, p.1, 05 dez.1997.

Maratur vai divulgar título de São Luís: Setor turístico cresce 26% este ano. **O Estado do Maranhão.** São Luís, p.1, 05 dez.1997.

MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil:** uma trajetória. Brasília: MEC/ SPHAN/ FNPM, 1980.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Comércio do Maranhão.** São Luís: Associação Comercial do Maranhão.

MONTELLES. Bairro histórico vai ser revitalizado. **O Estado do Maranhão.** São Luís, p.1, 05 out. 1997.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990.** Rio de Janeiro, 2000. 163p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade do Rio de Janeiro / UNIRIO.

Novo hino para São Luís. **O Imparcial.** São Luís, p.1, 09 dez.1997.

PAIVA, Luciana Ericeira de, VELOSO, Caroline Lima, **A Proteção Legal do Centro Histórico de São Luís e a Preservação da Identidade Cultural Maranhense,** 2015. Disponível em: <http://www.webartigos.com/.../a-protecao-legal-do-centro-historico-de-sao-luis/99956>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Patrimônio da Humanidade, São Luís não pode decepcionar: Contradições do Mercado. **O Imparcial.** São Luís, p.1, 06 out.1997

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio.** 2. ed. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989.

**Programa de Preservação e Revitalização do Centro histórico de São Luís** (Projeto Praia Grande). Versão preliminar. Secretaria de coordenação e planejamento, secretaria da cultura. São Luís, 1986.

REIS, José de Ribamar Sousa dos. **Feira da Praia Grande.** São Luís: Gráfica e Editora Augusta, 1982.

São Luís no foco do mundo: novos projetos de revitalização. **O Imparcial.** São Luís, p.1, 07 dez.1997.

São Luís no foco do mundo: título aquecerá o turismo. **O Imparcial**. São Luís, p.1, 07 dez.1997.

Setor turístico cresce 26% este ano. **O Estado do Maranhão**. Sao Luis, p.1, 05 dez. 1997.

SILVA, João Ricardo Costa. **O Processo de Patrimonialização do Centro Antigo de São Luís: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público**. Fortaleza,2009. Disponível em: <<http://www.anais.anpuh.org/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0397.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018, às 10:45.

UNESCO. **Patrimônio Cultural Imaterial**. 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>. Acesso em: 30 mai.2018.

UNESCO. Unesco oficializa título para São Luís: Latinos aplaudem São Luís. **O Estado do Maranhão**. São Luís, p.7, 05 dez.1997.

VIEIRA, STHÉFANE BATISTA. **Restauração da Feira da Praia Grande: um estudo sobre as práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no Centro Histórico de São Luís (1970-1990)**. Monografia (Licenciatura em História), UEMA, São Luís, 2016.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão: 1612-1895**: publicação comemorativa da passagem do 1º centenário da Fundação da Comissão da Praça. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.